CONTAS APROVADAS POR UNANIMIDADE





DIRETOR: FIRMINO MARQUES | DIRETORES ADJUNTOS: GUERRA DA FONSECA E PAULO COUTINHO - N.º 12 - SÉRIE V - 0.75 EUROS

MAIO / JUNHO / JULHO 20





Maio / Junho / Julho 2024 N.º 12 - Série V

Cascata de S. João do Pinheiro Manso



4 SINDICAL 1° DE MAIO



18 PINHEIRO MANSO **ATIVIDADES CULTURAIS**



20 SAMS A SAÚDE TAMBÉM É CONSTRUÇÃO

22 CONTRATAÇÃO ACT: SINDICATOS RECORREM À CONCILIAÇÃO

3 EDITORIAL

Motivação e valorização dos trabalhadores

4/17 SINDICAL

Relatório e contas Ainda a meia-pensão Secretariado Nacional da UGT Semana de 4 dias

18 SOCIAL

Pinheiro Manso

19 RECREATIVO E CULTURAL

Núcleo de fotografia

20/21 SAMS

Protocolos

22/25 CONTRATAÇÃO

CCAM **BCP** CEMAH

Montepio

28/33 ÓRGÃOS CONSULTIVOS Visitas diversas

Descoberta da identidade portuense

34 SECÇÕES SINDICAIS

Comissão Sindical de Reformados Secção Sindical de Vila Real

36/37 O QUE OS OUTROS DIZEM

38 VOZ AOS BANCÁRIOS

26/27 LAZER E TEMPOS LIVRES

Caminhada na Beira

FICHA TÉCNICA

Propriedade, Edição e Redação SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal Rua Cândido dos Reis, 130, 1.º, 4050-151 Porto E-mail: sbn@sbn.pt

www.sbn.pt

Diretor Firmino Marques

Diretores adjuntos Guerra da Fonseca Paulo Coutinho

Coordenação Redatorial e Revisão

Francisco Oliveira

Fotografia

SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal

Reportagem Francisco Oliveira

Grafismo e Impressão

Essência - Comunicação Completa Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 100, Lote 9, Fração B, 4445-102 Alfena Tel.: 220 963 285/9 | Fax: 220 963 290

E-mail: comunicacao@essenciacompleta.pt

www.essenciacompleta.pt

Registo no ICS 1222051

Depósito Legal

197325/03

Tiragem

12 000 Exemplares

Distribuição gratuita aos associados



Guerra da Fonseca

Motivação e valorização dos trabalhadores

O despudor da banca não conhece limites

Nos últimos anos temos assistido a uma acentuada desconsideração por parte dos representantes das instituições Bancárias no sentido de desvalorizar e esvaziar as negociações no âmbito da contratação coletiva e isso tem-se refletido nas propostas de aumento salarial que têm apresentado (injustas e insultuosas), desvalorizando e até ignorando os argumentos apresentados pelos Sindicatos nas mesas de negociação.

Este facto leva-nos a questionar o que motiva os Bancos a desprezar e a maltratar o seu principal ativo, que são os seus Trabalhadores. Por um lado, afirmam que os trabalhadores são o elemento central da sua atividade e que a sua motivação é determinante para a obtenção de bons resultados, por outro lado desprezam os argumentos que sustentam a necessidade de uma compensação justa pela dedicação e esforço pelos resultados alcançados, o que permitiria também recuperar o poder de compra perdido nos últimos anos.

Como que se motivam e valorizam os trabalhadores com estas miseráveis propostas de aumento salarial? Como é que os Bancos conseguem este feito, sem destabilizar a paz social que reina no setor? Talvez porque têm vindo a trabalhar para isso nos últimos anos, apostando na desregulamentação das carreiras, contornando e desvirtuando as tabelas salarias com a aplicação de estruturas de remuneração diferenciadas, permitindo que não exista uniformidade nos vencimentos entre os seus Trabalhadores, retirando assim a união e a força necessárias à reivindicação dos seus direitos. Atualmente, a negociação dos aumentos remuneratórios com base nas tabelas salariais do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) é ilusória, na medida em que grande parte da estrutura de remuneração dos trabalhadores no ativo já não assenta nos níveis da tabela, mas sim nos complementos remuneratórios, isenções de horário de tra-

balho, prémios e rendimentos variáveis, pelo que o aumento salarial não incide sobre o valor mensal efetivo (VME), levando a que, em determinados casos, o aumento salarial real não corresponda ao valor percentual negociado com os Sindicatos, provocando uma degradação da sua remuneração face aos colegas que estão devidamente enquadrados na tabela salarial do ACT, pelo que se poderá afirmar que estamos perante uma regressão salarial.

É por estes motivos que os Bancos, com relativa segurança, apresentam propostas de aumento obscenas sem receio da contestação, permitindo-lhes uma postura de arrogância perante as estruturas representativas dos trabalhadores. Com este expediente os Bancos "agarraram" os Trabalhadores retirando-lhes a força reivindicativa, aplicando-se a máxima "dividir para reinar".

Mas ultimamente, com a alteração das estruturas acionistas onde as nomeações das Administrações dependem de acionistas maioritariamente estrangeiros, verifica-se que em alguns casos existe a tendência dos Administradores em "vender a alma ao diabo" e privilegiam a distribuição de rendimento pelos acionistas em detrimento de uma justa compensação dos seus Trabalhadores, a isto poderemos chamar ganância? ou a luta pela sobrevivência em manter o lugar?, em qualquer dos casos evidencia uma grande falta de ética e de responsabilidade social, perante o melhor ativo dos Bancos que são os seus Trabalhadores.

Efetivamente estamos perante uma alteração de paradigma, daquilo que foi a negociação coletiva, mas também de uma profunda alteração de valores de quem gere os Bancos na atualidade.

Por tudo isto e com condições mais que suficientes para propor uns aumentos mais que justos para todos, o DESPUDOR DA BANCA NÃO CONHECE LIMITES!!!

Nos termos da lei e do estatuto editorial da revista Nortada, o editorial é da exclusiva responsabilidade de quem o subscreve, não responsabilizando, por isso, nenhum órgão do sindicato, no respeito pela independência da revista face ao poder constituído, a qualquer momento, no SBN.

Comissão Permanente aprova Relatório e Contas de 2023

Foi aprovado em Reunião da Comissão Permanente do Conselho Geral, realizada no passado dia 9 de maio, o Relatório e Contas Agregadas do exercício de 2023, bem como as respetivas Contas Consolidadas.



No Relatório apresentado pela Direção, afirma-se que "este ano foi uma vez mais marcado por uma significativa perturbação laboral, alicerçada numa pressão inflacionista e num alastrar do fenómeno da guerra em determinadas regiões do mundo. Ainda assim, imbuídos num forte espírito de determinação, conseguimos desenvolver vários processos negociais com vantagens para os nossos Associados".

Em face dessa perturbação laboral, "os Serviços Jurídicos tiveram um ano marcado por uma forte procura dos Associados, o que se traduziu num aumento do volume das ações judiciais".

Tratou-se de um ano em que "uma vez mais, voltámos a efetuar apostas concretas na área da saúde, tendentes sobretudo a apoiar os nossos Beneficiários neste momento tão conturbado. (...) Demos continuidade ao esforço de rejuvenescimento do nosso quadro clínico interno, tarefa realizada de uma forma prudente e equilibrada, uma vez que entendemos que a internalização dos serviços médicos traduz-se em melhorias dos cuidados de saúde prestados aos Beneficiários. Paralelamente, efetuámos um significativo investimento em meios auxiliares de diagnóstico e desenvolvemos várias iniciativas com vista ao reforço da rede externa convencionada." – transcrição do Relatório da Direção.

Foi igualmente referido que "os resultados económicos deste exercício são positivos tendo, inclusivamente, sido beneficiados pela reversão de parte das imparidades constituídas no ano passado, em consequência do montante em dívida da SBN – Residência Sénior, SA (sociedade cujo Capital Social é detido a 100% pelo SBN). Fruto

do processo de deslocalização do estabelecimento (para as instalações construídas pelo SBN na rua do Pinheiro Manso), esta empresa começa a apresentar resultados económicos positivos, consentâneos com a recuperação económica delineada, pelo que a amortização da dívida possibilitou a reversão de imparidades".

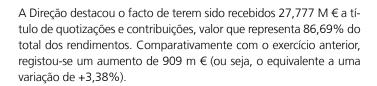
Desagregação dos resultados líquidos por UE

	2022	2023	dif. [2023 – 2022]
Atividade Sindical	-1 376 663 €	386 549 €	1 763 212 €
Regime Geral	-1 928 831 €	-606 315 €	1 322 516 €
FSA	395 773 €	561 915 €	166 142 €
Loja de Ótica	305 811 €	259 006 €	-46 805 €
Pinheiro Manso	-2 827 847 €	591 673 €	3 419 520 €
Estrutura Agregada	-5 431 757 €	1 192 829 €	6 624 586 €

Quadro 1

Desagregação do resultado líquido apurado no exercício de 2023.





Evolução das quotizações e contribuições

	2022	2023	dif. [2023 – 2022]	var. (%)
Quotizações	3 368 038 €	3 440 047 €	72 009 €	2,14%
A. Sindical				
FSA				
Contribuições	23 499 627 €	24 337 082 €	837 455 €	3,56%
Quotizações e Contribuições	26 867 665 €	27 777 129 €	909 464 €	3,38%

Quadro 2Evolução das Quotizações e Contribuições

Os rendimentos resultantes das atividades de âmbito clínico (que incluem os montantes provenientes da venda de senhas de consulta, de análises clínicas, de atos médicos internos e de penalizações por falta a consulta, entre outros) aumentaram, comparativamente com 2022, tendo-se cifrado em 568 m €.

Nessa conformidade, foi destacado o incremento de 15 m € e 14 m €, respetivamente, nas rubricas de "Senhas de consulta" e "Utentes", relacionado com o aumento da atividade prestada internamente no SAMS. Foi relembrado que, historicamente, vínhamos a assistir a uma redução progressiva dos rendimentos provenientes da prestação de serviços clínicos internos, em função de uma maior utilização da rede externa, situação que se inverteu nos últimos três anos.



Evolução dos rendimentos provenientes de serviços clínicos

	2022	2023	dif. [2023 – 2022]	var. (%)
Serviços Clínicos	518 007 €	568 270 €	50 263 €	9,70%
Senhas de consulta				
Complementaridade				
Utentes				
Análises clínicas	23 525 €	24 147 €	622 €	2,64%

Quadro 3Evolução dos rendimentos provenientes de serviços clínicos.

Relativamente aos gastos, verificou-se a predominância da despesa com a atribuição de comparticipações, representando um peso de 67.48% do seu total e ascendendo a 20.817 M €.

Evolução dos gastos com comparticipações



Evolução dos gastos com as comparticipações



Após a diminuição abrupta verificada em 2020, relacionada com a situação pandémica (que levou os nossos Beneficiários a recorrerem em menor escala aos serviços externos), registou-se uma relativa manutenção dos valores desta rubrica em torno dos 21,5 M €. Ora, neste último exercício, o montante total gasto em comparticipações fixou-se nos 20,8 M €, o que se traduziu num decréscimo de 4,46%. Neste domínio, a Assistência medicamentosa foi a que teve uma maior redução em termos absolutos (-779 793 €). De igual forma, há que enfatizar a diminuição de 445 153€ em Intervenções cirúrgicas e de 264 103€ em Assistência hospitalar.

Em sentido contrário, importa destacar o aumento de 422 599€ em Meios auxiliares de diagnóstico e de 163 549€ na comparticipação em Consultas médicas.

Por sua vez, a faturação por via do prestador Médis também sofreu um incremento (+17,52%; +531 904€).

Evolução dos gastos com comparticipações

	2022	2023	dif. [2023 – 2022]	
Comparticipações	21 787 541 €	20 816 834 €	-970 707 €	-4,46%
		3 568 725 €		

Quadro 4

Evolução das principais rubricas de gastos referentes a comparticipações

A diminuição do gasto geral com as Comparticipações, associado à diminuição da População Beneficiária, fez com que o Gasto com as comparticipações per capita tenha diminuído dos 794€ em 2022 para os 770 € (que foi o valor médio consumido por cada Beneficiário, durante o ano de 2023).

Evolução dos gastos per capita com comparticipações

	2019	2020	2021	2022	2023
Comparticipações	800 €	607 €	752€	794 €	770 €
Intervenções cirúrgicas					
MAD					
Tratamentos					
Internamentos					
Médis	93 €	83 €	118 €	111€	132€

Quadro 5

Evolução dos gastos per capita com as comparticipações

Seguindo as boas práticas contabilísticas, o SBN considera apenas em Gastos com o pessoal as verbas despendidas com os órgãos estatutários e com o pessoal vinculado à Instituição através de contrato individual ou coletivo de trabalho, enquanto os honorários pagos a trabalhadores independentes são considerados como serviços externos, classificados portanto em FSEs. Ora, se considerarmos ambas as rubricas, constatamos que estas ascenderam a 5,414 M €.

Os Gastos com o Pessoal, tendo-se cifrado em 4,255 M €, registaram um aumento de 5,51% face a 2022, em resultado de um incremento de 286 m € em Remunerações do Pessoal (verificado nas UE da Atividade Sindical e Regime Geral). Por sua vez, a despesa com o regime de trabalho temporário, contabilizado em Outros gastos com o Pessoal, registou um decréscimo de 98 m € (como consequência da redução verificada no Regime Geral).

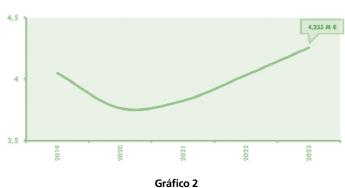
Evolução dos gastos com o pessoal

	2022	2023	dif. [2023 – 2022]	var. (%)
Gastos com o Pessoal	4 032 574 €	4 254 825 €	222 251 €	5,51%
Rem. Órgãos Sociais				
Rem. do Pessoal				
Seguros ac. trabalho				
Outros g. com Pessoal				

Quadro 6

Desagregação dos gastos com o pessoal

Evolução dos gastos com o pessoal



Evolução dos gastos com o pessoal

Por sua vez, os Fornecimentos e Serviços Externos decresceram 3,00% comparativamente com 2022 e representaram 11,66% do total de gastos.

Foi transmitido que o incremento de 18 m € nos Subcontratos advém do aumento da atividade dos Pelouros.



No que concerne às despesas de Conservação e reparação registou-se um aumento de 6 m €, fruto da manutenção em Conservação de Edifícios, do aumento de 21 m € em Reparação de Equipamentos e da diminuição de 15 m € em Reparação de Viaturas.

Em Comunicação contabilizou-se uma redução de 25 m €, em função das diminuições de 18 m € em Correios, de 5 m € em Telefones e de 3 m € em Internet.

Facto igualmente assinalável, e que importa destacar, é a diminuição de 23 m € em Limpeza, higiene e conforto, conseguida através da contratação de serviços a um preço mais favorável e por via de uma diminuição na despesa com a aquisição de produtos de limpeza.

Evolução dos FSE

	2022	2023	dif. [2023 – 2022]	var. (%)
FSE	3 708 227 €	3 597 142 €	-111 085€	-3,00%

Quadro 7

Evolução das principais rubricas de fornecimentos e serviços externos

No desenrolar da apresentação das contas deste exercício, a Direção abordou igualmente o desempenho alcançado na área do SAMS, mais concretamente no Regime Geral. Assim, foi destacado o facto de terem sido prestados internamente (através dos Postos Clínicos do SAMS) 110 493 atos, referentes a 61 277 Consultas, 16 025 Exames (M.A.D.), 709 Pequenas cirurgias, 23 535 Tratamentos e 4 610 Próteses Dentárias.

Do total de consultas prestadas, assumem especial preponderância as especialidades de Estomatologia (com 20 032 consultas), Medicina Geral e Familiar (11 296), Oftalmologia (6 486), Ortopedia (2 855) e Cardiologia (2 486).

No que se refere à Loja de Ótica, destacou-se o nível dos resultados líquidos alcançados (cerca de 259 m € positivos), num ano em que as vendas decresceram. Depois da diminuição na faturação verificada em 2017, tínhamos vindo a assistir a uma subida consecutiva no volume de negócios (com exceção do período pandémico), pelo que o decréscimo verificado em 2023 de 5,87% contraria a tendência anterior.

Evolução das vendas



Evolução do volume de negócios da Loja de Ótica

Uma vez que a SBN – Residência Sénior iniciou o processo de amortização da dívida ao SBN, no decurso de 2023 foram efetuadas Reversões de perdas por imparidade no montante de 868 m €, que tiveram um efeito positivo nos resultados económicos das UE 11 – Atividade Sindical e 12 – Pinheiro Manso e, consequentemente, do respetivo resultado económico agregado.

A Direção realçou igualmente a manutenção dos excelentes níveis de liquidez, alavanca financeira e risco do SBN. De facto, o rácio de liquidez geral foi de 1,19, revelando a existência de uma elevada capacidade para honrar os compromissos de curto prazo. Por outro lado, verificou-se que o montante em Caixa e Depósitos bancários representa 84% do Passivo Corrente (na medida em que a liquidez imediata era de 0,84).

Por sua vez, no que concerne à rentabilidade financeira (ROE), verifica-se que esta foi de 7,02%, em função dos resultados líquidos apurados.

Evolução dos principais indicadores de rentabilidade e de liquidez

	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez Geral	2,20	3,17	1,52	1,12	1,19
Liquidez Reduzida	2,17	3,14	1,51		1,18
Liquidez Imediata	1,31	1,90	0,96	0,80	0,84
Rentabilidade Financeira (ROE)	-28,29%	20,18%	-24,62%	-36,00%	7,02%

Quadro 8

Evolução dos principais indicadores de rentabilidade e de liquidez

Constatou-se igualmente que o SBN está a ser alavancado maioritariamente pelos Capitais Alheios, já que a Autonomia Financeira foi de 47,77%.

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

	2019	2020	2021	2022	2023
Autonomia Financeira	41,94%	51,99%	39,73%	42,55%	47,77%
Endividamento	58,06%	48,01%	60,27%	57,45%	52,23%
Estrutura do Endividamento	0,29	0,28	0,52	0,53	0,56

Ouadro 9

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

Como é evidente, o aumento dos Fundos Patrimoniais, alcançado através da incorporação dos resultados do exercício, teve impacto em alguns dos principais indicadores.



Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

	2019	2020	2021	2022	2023
Debt to Equity Ratio					
Passivo Total / Fundo de Capital	1,38	0,92	1,52	1,35	1,09
Passivo Não Corrente / Fundo de Capital	0,98	0,67	0,73	0,63	0,48
Emp. Banc. e Similares / Fundo de Capital	0,52	0,37	0,41	0,35	0,29

Ouadro 10

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

De igual forma, a diminuição do Passivo originou a melhoria de alguns dos indicadores.

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

	2019	2020	2021	2022	2023
Passivo Não Corrente / Ativo	41,08%	34,72%	28,93%	26,82%	22,88%
Passivo Corrente / Ativo	16,98%	13,28%	31,34%	30,63%	29,34%
Capitais Permanentes / Ativo Total	83,02%	86,72%	68,66%	69,37%	70,66%
Ativo Fixo Tangível / Ativo Total	56,24%	52,04%	46,86%	65,77%	65,03%

Quadro 11

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco



Verificou-se igualmente que os Capitais Permanentes assumiram uma ligeira maior importância no financiamento do Ativo Fixo Tangível (em 2023 este indicador foi de 1,09). Para além disso, é possível verificar que os investimentos continuam a ser financiados por capitais de longo prazo.

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

	2019	2020	2021	2022	2023
R E F M = Cap. Permanentes / Ativo Fixo Tangível	1,48	1,67	1,47	1,05	1,09
Ativo Corrente / Ativo Total	37,36%	42,15%	47,73%	34,19%	34,94%

Quadro 12

Evolução dos principais indicadores de alavanca financeira e de risco

De seguida, a Direção informou que a empresa SBN — Residência Sénior, SA apresentou um resultado líquido do exercício de 390 m €. No que concerne ao volume de negócios da empresa geriátrica, e com o aliviar das medidas de contenção da propagação da pandemia, foi possível retomar a tendência de crescimento verificada anteriormente. Por esse motivo, o registo de 2023 foi o melhor de sempre, tendo-se atingido o patamar dos 2,95 M € de volume de negócios. A média de faturação mensal foi de 245 771€ e, comparativamente com o ano anterior, registou-se um aumento de 35,41%. Por outro lado, a média de faturação do último semestre do ano (272 098 €) faz antever uma melhoria considerável da faturação da empresa em 2024, sendo expetável que a marca dos 3 M € de volume de negócios seja facilmente ultrapassada.

Em termos da composição da população residente da Pinheiro Manso – Residência Sénior, importa destacar que, no final do mês de dezembro de 2023, a empresa contava com um total de 101 residentes permanentes, representando um novo máximo histórico. No decurso deste ano, atingiu-se o registo de 38 admissões em regime permanente, o que se traduziu num crescimento de 5,56% comparativamente com o exercício anterior (em 2022 tinham-se verificado 36 admissões e em 2021, com as restrições impostas pela tutela decorrentes da pandemia, apenas 18). Consequentemente, a média mensal em 2023 foi de 3,17 vendas, o que se traduz num registo superior ao verificado nos últimos anos.

Por último, foi referido que da operação de consolidação das Contas do exercício de 2023 com a SBN — Residência Sénior, SA resultou a formação de um resultado líquido consolidado de 716 m €.

É a hora de salários e reformas justas e melhores condições de trabalho

ALERTAM TODOS OS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS, QUE DECIDEM AÇÕES CONJUNTAS

Os sindicatos do setor bancário [SBN, MAIS Sindicato, SBC, STEC, SNQTB, SIB, e SINTAF] reunidos segunda-feira, 22 de abril, decidiram unir esforços e avançar com um calendário de ações conjuntas para a defesa dos trabalhadores bancários.

Face ao diagnóstico da situação atual, constata-se que os trabalhadores bancários se confrontam diariamente com:

- Perda acumulada de poder de compra, para ativos e reformados (a taxa de inflação em 2023 foi 4,3%);
- Pressão para a concretização de objetivos irrealistas;
- Assédio laboral;
- Crescimento desmesurado de casos de Burnout;
- Flagelo das horas extraordinárias não pagas;
- Desemprego, face à destruição massiva de postos de trabalho em vários Bancos, condenando, injustificadamente, centenas de Bancários e suas famílias:
- Insatisfação e indignação dos clientes, que face ao encerramento de balcões e à falta de bancários são obrigados a deslocar-se e a suportar longas filas para atendimento;
- Protesto dos clientes devido ao pagamento de comissões cada vez mais elevadas, tendo como contrapartida serviços mínimos.

O ano de 2023 foi excelente para a Banca – todas as Instituições de Créditos (IC) alcançaram lucros avultados –, mas infelizmente os bons resultados não chegaram àqueles que para eles contribuíram: os trabalhadores bancários.

Numa atitude de arrogante intransigência, a Banca bloqueia a negocia-

ção, insistindo em propostas imorais e injustas de aumentos salariais e repudia a lei, ao avançar com aumentos por ato de gestão.

Apesar dos enormes lucros, a proposta de aumentos salariais da Banca para 2024 não cobre, sequer, a inflação registada em 2023 – e muito menos compensa o poder de compra perdido nem reflete os ganhos de produtividade.

Os bancários merecem salários e pensões dignas, mas, para tal, as tabelas salariais e as pensões de reforma têm de ser atualizadas na justa medida.

Os Sindicatos Bancários repudiam o argumento da Banca de que há aumento da massa salarial, que inclui tudo, como prémios e incentivos, que podem ser uma ajuda hoje, mas não se refletem no futuro, nomeadamente na pensão de reforma.

Todos os setores de atividade e todos os governantes, atuais e passados, defendem a necessidade de, urgentemente, aumentar salários ...

A Banca não pode ser a exceção

Face a esta situação e à falta de resposta da Banca, os sete Sindicatos do Setor Bancário decidiram definir uma estratégia de ações conjuntas e elaborar propostas concretas.

Em breve serão divulgadas as datas e as ações previstas.





Pagamento da meia-pensão continua com problemas

SOMAM-SE AS INCORREÇÕES NO VALOR DO COMPLEMENTO EXCECIONAL PROCESSADO PELAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

MAIS, SBC e SBN já solicitaram ao Ministério das Finanças que sejam dadas instruções à Banca para retificar os pagamentos irregulares.

Desde o final de junho, período em que se verificou o pagamento da meia-pensão pelos Bancos aos bancários reformados, MAIS, SBC e SBN têm sido contactados por sócios devido a dúvidas sobre o valor que lhes foi creditado. Mais uma vez estes Sindicatos empenharam-se no acompanhamento da situação, falando com dezenas de associados para efetuarem uma análise de casos concretos e apurarem eventuais erros. Casos concretos Foram muitas as realidades testemunhadas, sendo estes os casos mais frequentes:

- Em outubro recebeu a meia pensão paga pela Segurança Social referente à pensão extra-Banco, logo não teve direito aos 125€. Agora tinha direito a 50% da pensão paga pelo Banco, mas este descontou 125€ indevidamente:
- Em outubro não recebeu os 125€ porque o rendimento anual bruto excedeu o limite de 37.800,00 € anuais. Agora a CGA abateu indevidamente 125€ ao valor devido da meia-pensão;
- Em outubro não recebeu os 125€ porque a A.T. tinha informação de que recebia pensão da Segurança Social. Efetivamente recebe uma prestação social por invalidez, paga pela Segurança Social, mas esta não é considerada pensão, logo, não recebeu 50% do seu valor. Agora o Banco abateu indevidamente 125€ ao valor devido da meia-pensão.
- Em outubro não recebeu 125€ porque recebeu meia-pensão da reforma a que tem direito por ter sido funcionário público, ou seja,

- extra-Banco. Agora tinha direito a 50% da pensão paga pelo Banco, mas este indevidamente descontou 125€;
- Em outubro não recebeu 125€ porque recebeu 50% da pensão de sobrevivência a que tem direito por morte do cônjuge. Agora tinha direito a 50% da pensão paga pelo Banco, mas este indevidamente descontou 125€.

Legislação omissa e insuficiente

Lamentavelmente, e mais uma vez, a legislação emanada pelo Governo através dos Ministérios das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – nomeadamente o Decreto-Lei n.º 33/2023, de 19 de maio e a Portaria n.º 141-A/2023, de 26 de maio – que visou regulamentar o procedimento de cálculo, pagamento e reembolso do complemento excecional foi pouco clara, omissa e insuficiente.

Resultado

Gerou injustiças e erros que urge regularizar. Com o empenho que sempre dedicaram a este tema, MAIS, SBC e SBN de imediato reportaram a situação ao Ministério das Finanças, solicitando que sejam dadas instruções à Banca para corrigir os pagamentos efetuados incorretamente. Logo que haja desenvolvimentos os Sindicatos informarão os respetivos sócios.



1º DE MAIO DA UGT CONTRIBUTO PARA A DEMOCRACIA

Não pode haver dúvidas. É com salários dignos, reformas e pensões dignas, que se promove a dignidade do trabalho e dos trabalhadores. Só não vê a solução, quem não quer ver.

- disse Mário Mourão, no discurso de encerramento do dia do trabalhador, em Vila Real, que a seguir reproduzimos.

Neste ano em que estamos a comemorar os cinquenta anos do 25 de Abril, e depois do grande desfile da passada semana em que a UGT e os seus sindicatos marcaram presença, não posso deixar de começar por recordar o papel que a nossa central teve na afirmação da democracia no nosso País:

- Nascemos como a central sindical democrática e plural por excelência e para acabar com o pensamento único.
- Somos a central que ajudou a moldar as instituições do Portugal
- Somos a central que sempre defendeu o diálogo social a todos os níveis, da concertação social à negociação coletiva.
- Representamos o movimento sindical que vive a democracia no seio da central e no seio de cada sindicato.
- Não viramos as costas à luta, mas não defendemos a luta pela luta, nem somos a correia de transmissão de outros interesses.
- Defendemos os trabalhadores de forma responsável e credível, apresentando resultados concretos que todos sentem no dia a dia.
- Trabalhamos diariamente por um Portugal mais justo, mais solidário e mais democrático.

Sabemos, por tudo isso, da especial responsabilidade que temos em não permitir que se abram mais brechas, onde quer que continuem a proliferar a demagogia, o populismo e os movimentos – orgânicos ou não – que apenas querem instrumentalizar os trabalhadores e os usam para servir os inconfessáveis propósitos daquelas organizações. É o que fazemos com as políticas que defendemos! É o que fazemos no seio da própria UGT!

Vivemos tempos de alterações na vida política nacional. Mas a circunstância de ter havido mudança de Governo não é motivo de preocupação da UGT.

Tal como o fizemos no passado, seremos fiéis às nossas posições, privilegiando o diálogo e a negociação, mas, se for necessário, encetando formas de luta, em função das prioridades sindicais e das necessidades dos trabalhadores que defendemos.

Sempre que for exigido, lutaremos, não pela mudança de governos, mas sim pela mudanca de políticas!

Seremos duros e estaremos na linha da frente com as nossas reivindicações e com a exigência do cumprimento das promessas feitas, no passado recente, aos professores, aos polícias, aos funcionários



"Só não vê a solução quem não a quer ver: salários dignos e reformas e pensões dignas. Não queremos ser o País que atrai investimento porque paga pior que o resto da Europa!"



judiciais, aos médicos e a outros profissionais da saúde, bem como a todos os trabalhadores da administração pública e do setor empresarial do Estado.

Falo de justiça social, da equidade e da dignificação daqueles que são a base do cumprimento das funções do nosso Estado Social.

E é bom que os responsáveis políticos percebam que, apesar das mudanças, nem o executivo, nem os empresários, e muito menos a UGT, partimos do zero a cada novo governo, pelo que exigimos o cumprimento dos acordos anteriormente celebrados.

A este propósito, quero aqui recordar compromissos recentes e que a todos cumpre manter.

- Celebrámos com o anterior Governo um Acordo de Rendimentos e Salários e exigiremos respeito pelo compromisso assumido.
- Não aceitaremos ficar pela metade do caminho. Temos de continuar esta trajetória de aumento dos salários, sendo este um fator de crescimento económico a par com a dignificação do trabalho.
- Não vamos aceitar o velho argumento de que é necessário primeiro o crescimento económico e só depois o aumento dos salários.

Já não colhe a ideia de que o salário é um custo. Todos já percebemos que melhores salários atraem crescimento económico e são um importante contributo para a dignificação do trabalho.



É preciso que o Governo dê respostas aos trabalhadores e que seja ambicioso a rever os acordos, pois só assim conseguiremos garantir que a riqueza chega a quem trabalha.

E que fique bem claro:

- Não aceitaremos voltar a um tempo em que o aumento de salários era sempre inferior ao aumento da produtividade e em que perdíamos poder de compra.
- Não aceitaremos que a principal preocupação seja o crescimento económico, em detrimento dos salários.

O aumento do salário mínimo e de todos os salários, fundamentado na negociação coletiva, não pode ser a bandeira de um só governo. Tem de ser a bandeira de todos os governos.

Esses aumentos, essencialmente resultantes da negociação e da concertação social, são um imperativo para o progresso social e económico do país.

- Se este governo diz que o crescimento económico será maior, temos de acreditar.
- Se este governo diz que o excedente orçamental é maior, temos de acreditar.

Mas se este Governo o diz, tem de ser consequente com as afirmações e com as promessas. A UGT não esquece, como o governo não pode esquecer, que ainda existem em Portugal:

- dez por cento de trabalhadores pobres,
- quarenta por cento de desempregados pobres e
- trinta por cento de reformados pobres.

Só não vê a solução quem não a quer ver: salários dignos e reformas e pensões dignas. Não queremos ser o País que atrai investimento porque paga pior que o resto da Europa!

Não queremos ser o País dos baixos salários e não venham com discursos em que afirmam que a solução está nos prémios ou pagamentos por fora. Essa estratégia só serve os interesses das empresas. Deixa desprotegidos os trabalhadores em situação de doença ou desemprego e compromete as reformas destes trabalhadores.

Seremos intransigentes na exigência de um IRS mais justo. Aquilo que foi apresentado pelo Governo fica muito aquém do prometido e não satisfaz as legítimas aspirações de guem trabalha.

O IRS tem cada vez mais peso no total dos impostos e por isso, tem de ter uma descida significativa e não uma mera operação de cosmética. Não pode haver dúvidas: é com salários dignos, com mais justiça social, com melhor proteção social e com impostos justos que se promove a dignidade do trabalho.

Na sociedade portuguesa os problemas são sentidos por todos: precariedade elevada, desigualdade de género, desemprego jovem inaceitável, habitação a preços incomportáveis e impossibilidade de desenhar projetos de vida atrativos para o presente e o futuro, atirando os nossos jovens para o estrangeiro.

Não é apenas alargando o IRS jovem que retemos os mais jovens: é com legislação que os proteja, com condições de trabalho dignas,



"Mais salários e mais direitos para os trabalhadores são sinónimo de maior crescimento económico e da criação de mais emprego."

com estabilidade, com possibilidade de futuro para as suas vidas, é pondo um travão às práticas das empresas que têm lucros de milhões que apenas chegam aos administradores e acionistas, mas nunca aos trabalhadores, é promovendo a negociação coletiva e os aumentos de salários. Mas nada disto se faz alterando constantemente as regras. A UGT não pode aceitar que estejamos de novo a assistir ao jogo político de mexer em tudo!

Por isso, pergunto:

- As alterações ao Código do Trabalho entraram em vigor faz hoje apenas um ano e agora querem fazer crer que é necessário mudar tudo?
- É flexibilizando mais os horários e os despedimentos, e desequilibrando a negociação coletiva, que vamos melhorar o mercado de trabalho e atrair empresas de qualidade?
- Acham que as empresas de qualidade são as que vêm para Portugal porque os salários são baixos?
- O governo não sabe que os promotores de investimentos são a estabilidade, a previsibilidade e um clima de confiança e de progresso social e económico?

Temos de aprender com os erros. Temos de saber valorizar o que temos de melhor. E não tenhamos dúvidas: quanto maior for a instabilidade política, maior deve ser a valorização do diálogo social e do seu papel.

No pouco tempo que está em funções, o governo tem mostrado mais pressa em falar de economia e em dialogar com os empregadores. Não é um bom pronúncio para o diálogo social. Mas ainda vai a tempo de mudar, nomeadamente se aceitar os reptos da UGT:

- Há que valorizar e reforçar os acordos feitos e os compromissos assumidos.
- Há que levar as discussões estratégicas para o País para a Comissão Permanente de Concertação Social.

A formação profissional, em que temos um acordo a cumprir, a demografia, as desigualdades, a proteção social, as migrações, a justiça. E sim, mesmo a economia não é só uma questão para discutir com os empregadores.

Há que conduzir todos os temas importantes – nacionais, setoriais e profissionais – para a negociação com os sindicatos.

Há que realizar as verdadeiras discussões para o progresso social e económico com todos os atores interessados.

É essencial fazer pontes. Com todos, sem excluir ninguém, e não só com os patrões.

Aqui e agora, cabe também uma palavra para a administração pública, tantas vezes maltratada, quando é um dos garantes do nosso Estado Social.

Queremos um Estado Social que chegue a todos e a todo o País! Não podemos defender em regime de igualdade para todos os Portugueses um Serviço Nacional de Saúde melhor, uma educação melhor, uma melhor proteção social e uma melhor justiça, sem investimento nos serviços e nos trabalhadores.

Um problema ainda premente, e que não pode passar por entre os pingos da chuva, é o da habitação e das taxas de juro.

Todos o sentimos e não foram encontradas ainda soluções adequadas, até mesmo no seio da política europeia.

É que a UGT não aceita, por um lado, que a Comissão Europeia queira que os Estados membros retirem apoios aos trabalhadores e suas famílias, com o argumento de que a crise terá passado, quando, ao mesmo tempo, vemos o Banco Central Europeu a manter elevadas as taxas de juro, com o argumento de que a crise não acabou.

As instituições europeias não podem levar o seu desentendimento ao ponto de proporem soluções que são o pior dos dois mundos para os trabalhadores!

Estas duas narrativas, que se opõem nos pressupostos e nas pretensas soluções, vêm apenas provocar um afastamento dos cidadãos face àquilo que esperariam da União Europeia.

Faço um desafio aos decisores europeus:

- seria interessante que dissessem aos trabalhadores portugueses que a crise acabou, sobretudo àqueles que não conseguem pagar uma casa
- e seria ainda mais interessante ouvir as respostas que esses trabalhadores teriam para lhes dar!

Sejamos claros: a UGT não aceita austeridade, imposta cá ou vinda lá de fora, seja assumida, seja escondida, em políticas que comprometem a dignidade da vida de quem trabalha.

Portugal revelou que não era esse o caminho, contrapondo com o que, no resto da Europa, chamaram "o milagre português".

Esperamos que as eleições europeias que se aproximam sejam um momento de reafirmação dos valores de solidariedade, igualdade e dignidade que são a marca da Europa Social.

Esperemos que o governo português continue a levar as mesmas mensagens aos responsáveis europeus:

 Mais salários e mais direitos para os trabalhadores são sinónimo de maior crescimento económico e da criação de mais emprego.

Essas são as mensagens para Portugal. Essas são as mensagens para a Europa que todos queremos.

Termino como comecei.

Reafirmando que a UGT será fiel ao contributo que a democracia nos deu e permite estarmos hoje aqui reunidos.

Fiel também ao contributo que a UGT deu à democracia.

Lutando sempre, com o apoio de quem trabalha, e de quem acredita na liberdade e no pluralismo.

Lutando pela dignidade do trabalho, por um País mais justo e mais solidário.

Lutando, tal como esperam de nós as gentes de Trás-os-Montes e de outras regiões, distantes de Lisboa e Porto, por um País mais coeso e mais igual.

Como sabemos, o País não tem conseguido atrair e reter a população no interior, em particular dos jovens, pelo que a nossa presença aqui reveste-se de particular significado e deve ser entendida como um incentivo à mudança de paradigma e à valorização das regiões do interior.





RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT DE 27 DE JUNHO (APROVADO POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO)

Bruxelas reconhece fim dos desequilíbrios macroeconómicos em Portugal

É fundamental aprofundar a estratégia de reforço dos salários, dos rendimentos e das condições de trabalho

A Comissão Europeia retirou Portugal da lista de Estados-membros com desequilíbrios macroeconómicos excessivos. Após anos de alertas, mas também após anos em que a trajectória de Portugal revelava estarmos no caminho da consolidação orçamental, tendo saído do Procedimento por Défices Excessivos em 2017, é reafirmado o que a UGT sempre afirmou que era não apenas possível, mas imperioso. O crescimento económico, o aumento da competitividade (com Portugal a ser noticiado como tendo ultrapassado a Espanha no ranking do IMD - International Institute for Management Development -World Competitiveness Center) e elevados níveis de emprego não são incompatíveis, antes beneficiam, de um contexto de dignificação do trabalho e de aumentos salariais reais e significativos. O crescimento económico acima da média da UE e a passagem a uma situação de excedente orçamental são indicadores de que é necessário prosseguir com a trajetória que o Acordo de Médio prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade veio corporizar. Os relatórios e as recomendações do Semestre Europeu devem refletir, de forma mais clara, o que as organizações internacionais reconhecem já há algum tempo.

Não deixamos de ter sinais preocupantes no nosso mercado de trabalho, reconhecemos que parte do desempenho das contas públicas se deveu a uma elevada carga fiscal, sobretudo sobre quem trabalha, e seguimos atentamente a situação dos nossos parceiros europeus, nomeadamente quando países como a França, a Itália ou a Polónia irão ver abertos procedimentos por défices excessivos.

Não deixamos de defender que a consolidação orçamental, a manutenção de uma redução sustentada do défice e da dívida, são essenciais para um país economicamente mais sustentável e socialmente mais justo.

Mas nem as instituições europeias devem esquecer os progressos realizados, aplicando as suas fórmulas sacramentais de forma cega a todos os países e esquecendo os impactos das suas decisões nos cidadãos europeus, como não pode o Governo português fechar os olhos aos problemas vivenciados.

A UGT saudou o acordo dos professores, que possibilitou a recuperação do tempo de serviço congelado, repondo justiça onde ela não existia há muitos anos.





A UGT tem registado os planos apresentados – e que espera que se concretizem em medidas a serem implementadas – para áreas fundamentais, como a Saúde, ou para a resolução de problemas prementes, como a Habitação.

A UGT partilha das preocupações de Bruxelas sobre a prioridade económica e social que deve constituir a execução do PRR, apesar de continuarmos bem colocados no panorama europeu.

Mas é necessário ir mais longe.

É necessário reforçar o olhar sobre as necessidades de quem trabalha e, aqui, não deixámos de considerar que as propostas em sede de redução fiscal ficaram aquém do desejado e aquém das expectativas geradas por votos de um "choque" fiscal.

E, num momento em que realizamos o seu balanço em sede de Concertação Social, a UGT reafirma a importância do Acordo de Médio prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, como aliás do Acordo Plurianual da Administração Pública. As premissas iniciais de reforço salarial em contexto de crise e de correção das desigualdades e insuficiências na distribuição de riqueza das últimas décadas permanecem válidas. Os objetivos ainda não estão cumpridos.

Ainda não convergimos com a UE – de forma sólida – no peso dos salários na riqueza gerada e estamos a meio caminho de uma meta de crescimento de 20% dos salários até 2026.

Não é o regresso a reformas laborais constantes que irá potenciar a economia e a dinamização da negociação coletiva.

Não é o abrandamento do ritmo de aumento do salário mínimo e dos demais salários, sempre uma tentação à medida que a inflação desacelera, que irá potenciar o crescimento económico e a competitividade.

É a manutenção e o aprofundamento de uma estratégia – de que os Acordos assinados são parte fundamental – e que tem dado resultados, visíveis até para as sempre céticas instituições europeias.

A UGT está, como sempre esteve, aberta para discutir, revisitar e

atualizar o Acordo de Médio Prazo, conforme estabelecido desde a primeira hora. Os demais parceiros sociais subscritores têm reiterado o seu compromisso com o Acordo, o que saudamos. Verificamos hoje um cenário de algum abrandamento económico, ainda que a crescer acima dos nossos parceiros europeus, e uma inflação em desaceleração. Mas não podemos deixar de registar que 2023 excedeu, nesses indicadores, os resultados que sempre se anteciparam, o que não deixou de se refletir nos salários – devido ao Acordo –, e que a nossa produtividade continua a subir, enquanto a Europa regride.

Mais, as instituições internacionais estão a rever em alta as expectativas de crescimento para a Zona Euro e para a Europa, com uma tendência de recuperação que não deixará de beneficiar Portugal. Temos assim condições para reforçar as metas, indicadores e referenciais do Acordo firmado em CPCS. Temos condições para cumprir e reforçar os objetivos de correção da não distribuição da riqueza verificada no passado e para acelerar a trajetória de convergência com a LIE

E temos condições para uma negociação com a confiança política dada, mais uma vez, em sede de Concertação Social, com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a deixar clara a vontade deste Governo de, na ausência de novos compromissos, respeitar plenamente os acordos tripartidos existentes.

UGT saúda a apresentação do relatório final do projeto piloto "Semana de quatro dias em Portugal" Moção aprovada por unanimidade e aclamação

A UGT saúda a apresentação do Relatório Final do Projeto-Piloto da Semana de 4 dias, que ocorre hoje, dia 27 de junho de 2024. Uma Semana de 4 dias – concebível apenas no modelo proposto, com redução da jornada de trabalho e sem redução de salário – indiciou ter já, por via da experiência realizada e apesar das limitações





da mesma (universo reduzido, aplicação apenas ao sector privado), muitas das virtualidades que lhe eram atribuídas e permitiu até, de forma porventura menos esperada, constatar a sua maior abrangência potencial a um alargado conjunto de sectores.

Aumentos de produtividade, benefícios para uma mais efetiva conciliação entre as vidas familiar, pessoal e profissional e elevadas perceções de bem-estar laboral, são fatores que, associados a uma redução da jornada de trabalho, dão um contributo significativo para a dignificação do trabalho, sobretudo num contexto de acelerada mudança, de rápidas transições e de uma elevação crescente dos ritmos de trabalho.

Para a UGT, este estudo pode e deve constituir um ponto de partida para uma discussão sobre esta e outras matérias relativas às organização e duração do tempo de trabalho, incluindo a redução da jornada de trabalho.

Uma discussão que se deve verificar, de forma tripartida, em sede de Concertação Social, mas igualmente, e em primeira linha, em sede de negociação coletiva, enquanto meio mais adequado para garantir a maior adequação da experiência adquirida às realidades específicas de sectores e empresas.

Livro Verde sobre o "Futuro da Segurança e Saúde no Trabalho" Por lugares de trabalho seguros e saudáveis

Tor lugares de trabalilo seguros e saddaveis

O Livro Verde sobre o "Futuro da Segurança e Saúde no Trabalho" foi objeto de apresentação na reunião de Concertação Social de 26 de junho de 2024.

A UGT não pode deixar de reforçar a importância que confere a esta iniciativa, promovida pelo anterior Governo, de proceder à elaboração de um Livro Verde do Futuro da SST, necessidade que indiscutivelmente se impõe pelos desafios colocados pelo progresso tecnológico e pelo evidente impacto das novas formas de prestação e organização de trabalho.

É indiscutível que o trabalho e os locais de trabalho estão em constante mudança, trazendo profundas alterações na forma como o trabalho é organizado.

A digitalização, a globalização, as mudanças demográficas, as alterações ambientais e climáticas têm um impacto profundo na sociedade e no mercado de trabalho.

Igualmente a UGT se revê nesta necessidade imperativa de "olhar para o futuro", na medida em que, além de continuar a reivindicar a implementação de políticas efetivas de Segurança e Saúde nas empresas e nos locais de trabalho e de continua a reforçar a ação dos seus sindicatos nesta matéria. É necessário de continuar a promover, junto das nossas estruturas, das trabalhadoras e trabalhadores, uma reflexão profunda sobre os efeitos da introdução crescente de novas tecnologias e das novas formas de trabalho nas condições de Segurança e Saúde no Trabalho.

A UGT está certa desta necessidade de ser apresentado um diagnóstico sobre pontos estruturantes que carecem de clara intervenção e da necessidade do sistema nacional de prevenção de riscos profis-



sionais seja dotado de capacidade de resposta para fazer face aos desafios emergentes, tendo em vista a promoção da Segurança e Saúde no Trabalho. É expectativa da UGT, que este Livro Verde trilhe esse caminho e que venha contribuir para a garantia do princípio fundamental de todas as trabalhadoras e trabalhadores terem um ambiente de trabalho seguro e saudável.

A UGT espera que as medidas e recomendações sinalizadas venham contribuir para a redução consistente dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, por via de uma maior eficácia das políticas públicas e do desenvolvimento de mecanismos efetivos de planeamento e gestão da SST nas organizações e em que o diálogo tripartido continue a ser uma premissa fundamental na promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Nesse sentido, a UGT considera muito positiva a decisão de criação de um grupo de trabalho tripartido, em sede de concertação social, assumida na reunião de 26 de junho, com vista à discussão do Livro Verde e sobre os caminhos e recomendações nele apontados, enquanto base para a construção de futuros compromissos.

UGT saúda a eleição do novo Presidente do Conselho Económico e Social

No passado dia 21 de junho, o Dr. Luís Pais Antunes foi eleito, na Assembleia da República, como novo Presidente do Conselho Económico e Social.

A UGT não pode deixar de saudar a sua eleição, fortemente fundada na sua experiência e conhecimento, atento o exercício de funções diversas, desde a de governante com papel relevante no diálogo social tripartido até à de arbitro-presidente nas arbitragens realizadas no âmbito do CES.

A UGT está certa que este será um mandato pautado pelas marcas distintivas que revelou no passado: o profundo conhecimento da realidade do Conselho Económico e Social e o pleno respeito pelas competências e autonomia da Comissão Permanente de Concertação Social.



Atividades culturais e recreativas

No decurso da sua normal atividade decorreram neste período, os seguintes eventos de animação cultural:

Tarde de canto de música moderna

Oferecido pela Fundação Manuel António da Mota que, através do seu "Coro Sénior" proporcionou a todos os nossos residentes, momentos de alegria e convívio.



Canto lírico

Por sua vez, no dia de aniversário de sua mãe, as filhas da nossa residente Dra. Eva Martins, trouxeram até nós um Grupo de Canto Lírico cuja atuação foi do total agrado de todos os que a ela assistiram.



Teatro

O Grupo de Teatro da Universidade Sénior de Marco de Canavezes veio até nós apresentar uma comedia "Sala de Espera", proporcionando aos nossos residentes, uma parte da tarde de boa disposição e agradável convívio, que foi do total agrado de todos.



S. João

A exemplo de anos anteriores o S. João foi devidamente comemorado pelos residentes, com uma sardinhada acompanhada por febras grelhadas, tudo da parte da manhã, seguindo-se da parte da tarde as tradicionais marchas e o concurso de quadras de S. João, este ano vencido pela Dª Maria José Reis com a seguinte quadra:

Gozei bem o S. João Quando era jovem e bonita Agora sou uma velha Mas continuo bem catita

Neste mesmo dia inaugurou-se a cascata de S. João, inteiramente construída e montada por um conjunto alargado de residentes, que prometem para o ano regressar com um trabalho ainda mais elaborado.



O Grupo Coral Instituto Sénior da Foz proporcionou também momentos de convívio e boa disposição aos nossos residentes, com a interpretação de diversas músicas clássicas.





Preto e Branco, Ilha Menorca e Decrepitude

O Núcleo de Fotografia do SBN tem patente a exposição "Preto e Branco", na galeria do sindicato – Rua Conde de Vizela, 145 – até 7 de agosto. A mostra, de autoria de Aires Pereira, pode ser visitada às quartas-feiras, das 15 às 17 horas.

Entretanto, José Godinho escolheu "Ilha Menorca" para tema da ex-

posição que esteve aberta ao público, de 5 de junho a 3 de julho, no mesmo espaço.

Anteriormente, de 8 de maio a 5 de junho, tinha sido a vez de Fernando Castro expor os seus trabalhos, também na galeria, intitulados "Decrepitude".

Preto e Branco

Aires Pereira







Ilha Menorca

José Godinho







Decrepitude

Fernando Castro







"Saúde é um estado de completo bem-estar físico, psíquico e social, e não apenas a ausência de doença ou debilidade."

(OMS, 1946/1948)

A saúde também é uma construção

Por Eduardo Conde (Presidente do CG)

Há acontecimentos fortuitos, ocasionais ou sem explicação que afetam a saúde de cada indivíduo, mas a verdade é que a grande maioria dos fatores de risco pode ser minimizada.

De entre os vários fatores de risco, genéticos, fisiológicos, ambientais, entre outros, existe um que depende da vontade, da atitude e da capacidade de auto controlo de cada indivíduo. Refiro-me ao fator comportamental, que induz uma exponencial de exposições perfeitamente evitáveis.

A saúde, na idade mais avançada, é como um edifício que vai sendo construído ao longo da vida. O risco associado ao consumo de tabaco, álcool, ingestão de gorduras ou quantidades excessivas de alimentos ou sal, associadas a uma reduzida atividade física, são um caldeirão com uma mistura explosiva de possibilidades de contração de doenças ou acidentes muitas vezes fatais.

Com o avançar da idade, e não estamos a falar de terceira idade, mas ao nível dos 40 ou 50 anos, o corpo vai tendo menos capacidade de eliminar os fatores nocivos, o que está associado, normalmente, a um período da vida mais absorvente em termos profissionais e limitador de outras atividades.

A atividade física regular, mesmo que em modos suaves, como caminhadas e pequenos exercícios de alongamento muscular, reforço dos músculos abdominais e da capacidade cardíaca, flexibilidade e capacidade respiratória, a ingestão abundante de água, são elementos que ajudam a preservar uma melhor saúde e bem estar, propiciando ir avançando na idade com qualidade de vida.

A grande incidência de doenças na idade adulta prende-se com a obesidade, a hipertensão arterial, a glicose elevada e, em grande medida, a falta de mobilidade ou dificuldade nas articulações, que arrasta todas as outras

A falta de estruturação dos músculos abdominais e a deficiente flexibilidade das articulações são o rastilho que prende à mesa da ingestão de quantidades acima da média, de gorduras e álcool, de sal e hidratos de carbono. Uma boa conversa acompanha-se com a ingestão de qualquer coisa.

A acrescer, a vida profissional intensa, os objetivos impostos pelos bancos e empresas financeiras, o ritmo e as horas consumidas no trabalho fazem com que "A vida vá acontecendo enquanto estamos ocupados a fazer outras coisas" JL.

O grande objetivo é reduzir a exposição aos fatores de risco que são controlados por nós. Essa redução vai melhorar consideravelmente a saúde em termos gerais e a esperança de uma vida mais longa e mais saudável

A verdade nua e crua é que a grande maioria dos problemas de saúde têm causas comportamentais, ou por comportamentos de risco, ou por falta de oportunidades, ou por hábitos enraizados nas comunidades e grupos de pertença, bem como a transmissão intergeracional, ou ainda, muitas vezes por ignorância ou vontade de arriscar.

Nós bancários treinados em cumprimento de objetivos e decisões de uma opção em detrimento de outra, temos que ser capazes de planear, decidir e cumprir um plano individual onde a saúde possa ser alcançável. Segundo Kotler (2000) "...processo social por meio do qual pessoas e grupos obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros".

Definir objetivos (mais saúde), negociar connosco mesmo (eu quero, mesmo que seja difícil), sabendo que pagamos um preço (muitas vezes o sofá por uma caminhada), posicionarmos o futuro (a minha saúde é o bem mais precioso).

Em suma, a saúde ao longo da vida depende muito dos comportamentos. Sabendo que somos uma espécie de hábitos, quanto mais cedo treinarmos e disciplinarmos a nossa vida para a abstinência de consumos excessivos ou nocivos (nas festas "um dia não são dias") e para comportamentos de atividade física saudável e de ar livre, mais oportunidades se abrem de uma vida mais longa e mais saudável.





Protocolos

Segue informação relativa a alguns dos Acordos celebrados e/ou reformulados, até ao momento, com Entidades Prestadoras de serviços de saúde.

Nas próximas edições daremos continuidade à publicação de novos Protocolos para atualização desta rubrica.

DELEGAÇÃO DO SBN - BRAGA

Iberoftal - Serviços de Saúde, Lda. Rua D. Afonso Henriques, nº 104 – Braga NIF: 508235731 | Tel. 253 143160

Serviços clínicos contratualizados

- . Consultas de Especialidade Oftalmologia
- . Serviços Especiais Diversas Especialidades Oftalmologia
- . Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos



DELEGAÇÃO DO SBN - GUIMARÃES

Otília Pereira Lopes, Lda.

Estrada Nacional 105, nº 196, Lt.2B – Lordelo Tel. 252 873057 Av. Prof. Luís Machado, nº 1461, R/Ch. Dto – Lordelo Tel. 252 873108 NIPC: 508750741

Serviços Clínicos contratualizados em ambas as clínicas

. Medicina Dentária Estomatologia/Dentisteria

Implantologia Ortodontia

Próteses Dentárias

DELEGAÇÃO DO SBN - PORTO

Otília Pereira Lopes, Lda.

NIF: 508750741

Alfena

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 77 – Alfena Tel. 22 9670500

Santo Tirso

Rua da Coutada, nº 20 – Roriz Tel. 252 049787

Serviços Clínicos contratualizados - Alfena

. Medicina Dentária Estomatologia/Dentisteria Implantologia Ortodontia

Próteses Dentárias

Serviços Clínicos contratualizados - Roriz

Medicina Dentária Estomatologia/Dentisteria Ortodontia Próteses Dentárias

DELEGAÇÃO DO SBN - VIANA DO CASTELO

Clínica Fernando Brandão - Serviços Médicos e Reabilitação, Lda.

Rua 25 Abril, nº 39- R/C Dto. - Paredes de Coura NIF: 507246454 | Tel. 251 781110

Serviços clínicos contratualizados

- . Consultas de Especialidade Medicina Física e de Reabilitação
- . Tratamentos Fisioterapia

RESTANTE ÁREA TERRITORIAL

BARREIRO

Clínica dos Loios Lda.

Praceta José Domingues dos Santos, 2-A – Lavradio NIPC: 503127230 | Tel. 21 2023266

Serviços Clínicos contratualizados

. Consultas de Especialidade Medicina Geral e Familiar Medicina Física e de Reabilitação Medicina Interna

Dermatologia Ortopedia Otorrinolaringologia Neurocirurgia

Neurologia Pediatria Pneumologia Reumatologia Urologia

. Serviços Especiais de Especialidades Otorrinolaringologia

. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêuticos Audiograma tonal e vocal Eletrocardiograma Mapa

Registo Holter Urofluxometria

. Outras valências Psicologia/ Psicoterapia Terapia da Fala

LOURES

MP - Medicina, Lda. Av. de Moscavide, nº 46 - 1.º – Moscavide NIPC: 503054216 | Tel. 21 9445358

Serviços Clínicos contratualizados

. Medicina Dentária Estomatologia/Dentisteria Ortodontia

PAMPILHOSA DA SERRA

Santa Casa Misericórdia de Pampilhosa da Serra Rua Rangel de Lima, nº 104 – Pampilhosa da Serra NIPC: 501722009 | Tel. 235 590110

Serviços Clínicos contratualizados

. Consultas de Especialidade Medicina Física e de Reabilitação

. Tratamentos Fisioterapia Cinesioterapia respiratória

. Outras valências Terapia da Fala

Sindicatos da UGT não traem os bancários e rejeitam 3% de aumento nas tabelas

Na reunião de negociações de 29 de maio, no âmbito da revisão do ACT do setor bancário, o SBN, o MAIS Sindicato, e o SBC, recusaram a proposta das instituições de crédito, de 3% de revisão salarial.

Face aos milhões e milhões de lucro a cada trimestre, aceitar um acordo com base nesse valor percentual é trair os bancários.

O SBN, o MAIS e o SBC reuniram-se na quarta-feira, dia 29 de maio, com o Grupo Negociador das Instituições de Crédito (GNIC) subscritoras do ACT do Setor Bancário, em mais uma ronda de negociações de revisão das tabelas e cláusulas de expressão pecuniária.

O GNIC apresentou uma nova proposta, subindo de 2,5% para 3% de aumento, e tentando pressionar a assinatura de um acordo anunciando que outro sindicato já fez.

Os Sindicatos da UGT, de imediato rejeitaram a proposta, considerando-a insuficiente face à perda de poder de compra de ativos e reformados, aos ganhos de produtividade no setor e aos avultados lucros da banca, que demostram a capacidade de as IC remunerarem melhor os trabalhadores.

Face a tudo isso, pretendem continuar as negociações.

Interesses

O despudor da banca não conhece limites, mas não é único... Infelizmente para a classe bancária, há quem esteja disposto a seguir-lhe o jogo e deitar a perder a luta de todos - sabe-se lá em nome de que interesses obscuros.

Depois de duas reuniões conjuntas de todos os sindicatos do setor, em que por unanimidade foi decidido encetar ações conjuntas para pressionar a banca a aceitar aumentos salariais dignos, que compensassem a perda do poder de compra e a produtividade, bem como uma repartição mais justa da riqueza gerada, um único sindicato quebra a união de forças e assina um acordo que em nada contempla o que reivindicava à boca cheia.

Curiosamente, esse é o mesmo sindicato que nas reuniões com os demais defendia as ações mais radicais, chegando mesmo a defender uma greve até três dias!

Para onde voou toda essa bravata? Afinal, parece que basta uma migalha para o calar.

Traição

É no mínimo surpreendente que tenha aceitado um acordo com um aumento salarial que é praticamente metade do valor que defendia ainda há uma semana e, mais ainda, que justifique a sua traição aos bancários com os mesmos argumentos da banca!

Sim, porque, como a uma só voz, esse sindicato e as IC rompem com uma prática de décadas e em vez de contabilizar no cálculo a inflação do ano passado – que é um facto – enganosamente utilizam a inflação prevista para este ano – um pressuposto!

Como se não bastasse, neste engodo aos bancários fazem tábua rasa dos muitos milhões de lucro que os bancos vêm acumulando – um facto indesmentível – não contemplando nem um tostão para aqueles que tanto trabalharam para eles – os bancários.

Que a banca tenha este comportamento é uma vergonha; mas que um sindicato faça o mesmo, é mais do que uma cedência às entidades patronais, é dividir os sindicatos, enfraquecer a luta de todos e pactuar miseravelmente com os patrões para empobrecer os bancários no ativo e reformados.

Defender os bancários

A luta por melhores salários ficou gravemente comprometida, mas não será abandonada. O SBN, o MAIS e o SBC rejeitaram a proposta da banca e vão continuar a exigir que os bancários, ativos e reformados, tenham aumentos dignos e melhoria do poder de compra. Os lucros dos bancos não podem ser só para os acionistas.

Os Sindicatos da UGT não pactuam com a banca para prejudicar os bancários.

O seu empenho é claro e não cedem a pressões nem a interesses obscuros: defender a classe é o seu único propósito.

Pena que nem todos possam dizer o mesmo... As ações ficam com quem as pratica.

Os bancários têm boa memória e não perdoam quem os trai.





ACT: sindicatos da UGT recorrem à conciliação na negociação salarial

Face ao impasse do processo ao fim de mais de seis meses de negociação, MAIS, SBN e SBC decidiram avançar com um pedido de conciliação junto da DGERT.

Perante a intransigência das Instituições de Crédito (IC) subscritoras do ACT do Setor Bancário ao longo das negociações de revisão salarial para 2024, os três Sindicatos dos Bancários da UGT viram-se obrigados a remeter o processo para o Ministério do Trabalho, pedindo a conciliação junto da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Depois de em novembro do ano passado terem apresentado a sua reivindicação – de 6% de aumento nas tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária, para ativos e reformados –, desde então estes Sindicatos, numa tentativa de contribuir para um consenso que permitisse um acordo, reformularam já a proposta inicial por diversas vezes, tendo apresentado a quinta e última em abril.

Ao longo destes meses, as IC foram arrastando as negociações, rejeitando sempre os esforços dos Sindicatos. Após a primeira contraproposta de 2%, alteraram-na para 2,5% e, no final de maio, avançaram com um aumento final de 3%, aceite por outro sindicato – e de imediato rejeitadas pelos Sindicatos da UGT.

Perda de poder de compra

MAIS, SBN e SBC não podiam aceitar tal proposta, em nome da justiça para com os trabalhadores e reformados que representam, pois ela não compensa o poder de compra perdido nem garante a equidade na repartição dos enormes ganhos de produtividade do setor. Como exemplo da injustiça que a banca pretende perpetuar, refira-se a discrepância entre o Índice de Preços ao Consumidor (IPC – vulgo inflação) e os aumentos salariais dos bancários:

2021 – IPC: 1,3%; aumento salarial: 0,5% 2022 – IPC: 7,8%; aumento salarial: 1,1% 2023 – IPC: 4,3%; aumento salarial: 4,5%

Perda efetiva do poder de compra dos trabalhadores: 7.3%.

Milhões de lucros

Por outro lado, os lucros dos bancos têm crescido exponencialmente, o que se repetiu no primeiro trimestre deste ano.

Só a título de exemplo, refira-se os resultados de três das IC que são subscritoras do ACT, e tendo os valores percentuais como referencial comparativo o período homólogo do ano anterior.

BST: 2023 – 1.030 milhões de euros (+69,8%); 1.º trimestre 2024 – 294,4M€ (+58,4%);

NB: 2023 – 743,1M€ (+32,5%); 1.° trimestre 2024 – 180,7M€ (+22%):

BPI: 2023 – 524M€ (+42%); 1.º trimestre 2024 – 121M€ (+43%) A estes lucros excecionáveis soma-se a substancial redução de custos devido ao encerramento de balcões e, consequentemente, a diminuição de trabalhadores.

Face a todo este contexto, MAIS, SBN e SBC nunca poderiam pactuar com mais uma penalização para os bancários, aceitando um aumento de 3% para ativos e reformados, que além de insuficiente é absolutamente injusto.

Medidas

Assim, perante estas injustiças e o impasse nas negociações diretas, estes Sindicatos decidiram remeter o processo para o Ministério do Trabalho, pedindo a conciliação junto da DGERT.

A intransigência injustificada das IC obrigou estes Sindicatos a tomarem esta medida – e outras se seguirão, alertam.

Exemplo

MAIS, SBN e SBC deixam um aviso ao setor: se o comportamento observado na revisão do ACT do Setor Bancário for adotado por outras Instituições, como a CGD ou o BCP, e as negociações em curso não evoluírem, a resposta será igual, pois não podem aceitar tão míseros aumentos perante tão elevados lucros.

CCAM

Sindicatos e Crédito Agrícola iniciam negociações salariais

Depois de mais uma reunião de negociação infrutífera, o SBN, o MAIS e o SBC, decidiram convocar uma greve no banco, que se realizou em 1 de março.

MAIS, SBN e SBC pretendem que o processo para 2024 das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo decorra de forma independente do evoluir das restantes mesas negociais. A primeira ronda negocial entre os Sindicatos da UGT e a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM) para a revisão salarial do respetivo ACT decorreu esta quinta-feira, dia 7 de março. Conforme comunicado de 12 de fevereiro, estes Sindicatos tomaram conhecimento do adiantamento de 2,5%, feito por ato de gestão, percentagem que consideraram inaceitável, pelo que de imediato solicitaram a abertura do processo negocial. Os sindicatos consideram que a verdadeira negociação teve início apenas agora, sendo importante ressaltar que este adiantamento não prejudica o processo negocial em curso entre

as partes. Na sessão, os Sindicatos adiantaram que embora não se oponham à antecipação do aumento, como já aconteceu em 2023, o valor percentual é claramente insuficiente para fazer face ao aumento generalizado de preços que se tem vindo a verificar. Por outro lado, e reconhecendo a especificidade do Crédito Agrícola, MAIS, SBN e SBC apelaram para que a evolução da negociação ocorra de forma independente da evolução de outras mesas, nomeadamente da APB. Estes Sindicatos estão comprometidos em continuar a lutar pelos interesses e direitos dos trabalhadores das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, garantindo condições justas e equitativas para todos através da dignidade salarial.

BCP

O BCP propõe (agora), aumentos salariais de 2,25% A resposta mantém-se: "Nem pensar"

O banco precisou de três meses de reflexão para subir em 0,125% a sua proposta de aumentos na tabela salarial.

Obviamente, MAIS, SBN e SBC rejeitam-na e insistem numa valorização salarial que compense a perda do poder de compra dos últimos anos.

Apos três meses de interrupção nas negociações para reflexão, a instituição liderada por Miguel Maya, transmitiu, em carta enviada aos três Sindicatos da UGT, a sua proposta salarial para 2024: aumento de 2,25% na tabela e cláusulas de expressão pecuniária e subsídio de refeição de 13,50€.

Refira-se que em fevereiro o BCP apresentou uma proposta de aumento de 2,125% em resposta à destes Sindicatos, que em janeiro anunciaram a sua reivindicação de 6%.

SBC, MAIS e SBN lamentam mais uma vez a decisão do BCP, sobretudo pela sua evolução de míseros 0,125% na tabela salarial – quando em 2023 os seus lucros atingiram 853 milhões de euros, os mais elevados no histórico publicado pelo Banco.

Repúdio:

Os Sindicatos repudiam veementemente a argumentação do banco para justificar o aumento de 2,25%. Vejamos:

 Cenários macroeconómicos – que infelizmente são sempre vistos pelo lado negativo, com previsões mais pessimistas do que as de todas as entidades nacionais e internacionais;

- Problemas da subsidiária polaca os trabalhadores não devem pagar, mais uma vez, as aventuras desastrosas de investimento da administração;
- Elevado número de reformados é uma vergonha que o BCP considere desta forma aqueles que no passado, com o seu trabalho, dedicação e sacrifício, deram o seu melhor para o banco ser o que é hoje.

Os bancários merecem mais respeito, não são para "usar e deitar fora".

Basta! Basta!

É tempo de valorizar a dedicação e o empenho dos trabalhadores e a sua lealdade para com a instituição.

Parece que os responsáveis do BCP já se esqueceram dos tempos difíceis, em que os trabalhadores contribuíram com uma percentagem dos seus vencimentos para garantir a sustentabilidade do banco e outros milhares foram forçados a aderir ao programa de redução do quadro de pessoal para salvar a instituição.

Estes Sindicatos exigem que a valorização salarial compense as perdas do poder de compra dos últimos anos

CEMAH

Sindicatos e CEMAH acordam aumento salarial de 3,5%

O SBN e o Mais Sindicato, chegaram a acordo com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) na revisão salarial para 2024.

Os dois Sindicatos da UGT celebraram com a CEMAH o primeiro acordo de atualização salarial para 2024, que estabelece um aumento de 3,5%, para todos os níveis e em todas as cláusulas de expressão pecuniária, exceto no subsídio de refeição, que passa para 12,75€, um crescimento bastante superior (aumenta 16,27%).

O aumento salarial será processado nos vencimentos de julho, com retroativos a janeiro deste ano.

Dando cumprimento à sua decisão de rejeitar qualquer acordo cujo aumento não ultrapasse os 3%, os Sindicatos da UGT aceitaram este entendimento com a CEMAH porque além de satisfazer esse requisito – e até superá-lo em muito no subsídio de refeição –, evita o prolongar das negociações, permitindo aos trabalhadores receberem mais rapidamente o acréscimo salarial.

MONTEPIO

Sindicatos da UGT rejeitam 3% de aumento no Montepio

Depois do indecoroso acordo celebrado entre um sindicato e as IC do ACT do setor bancário, o Montepio seguiu o exemplo e avançou também com um aumento salarial de 3%.

Tal como fizeram no primeiro caso, os Sindicatos da UGT rejeitaram a proposta e assim farão em todas as mesas negociais que apresentarem valores iguais.

O SBN, o Mais Sindicato e SBC reuniram-se na quarta-feira, dia 19 de junho, com o Montepio, no âmbito da revisão salarial para 2024. Em fevereiro, o banco propôs aos Sindicatos 2% nas tabelas e cláusulas de expressão pecuniária, imediatamente recusado.

Desde então não houve qualquer evolução, até ter conhecimento, agora, de que há um sindicato que aceita fechar acordos por 3%. Assim, nesta reunião transmitiram a estes Sindicatos a sua disponibilidade para um acordo salarial de 3%, com o argumento de que já era um grande sacrifício para o banco, mas não queriam deixar os seus trabalhadores atrás dos restantes do setor.

Tal como rejeitaram no ACT do Setor Bancário, o SBN, o MAIS, e o SBC deixaram claro que também não aceitarão aumentos de 3% com nenhuma Instituição de Crédito (IC), em nenhuma convenção de que sejam subscritores.

Sem exceções

Nas negociações para 2024 não haverá exceções, pois todas as IC tiveram e continuam a ter excelentes resultados – e ainda bem.

Mas, sublinham os Sindicatos, o mínimo que se exige é que esses excelentes resultados sejam partilhados com os trabalhadores, ativos e reformados.

Os Sindicatos da UGT recusam-se a fechar acordos por 3% de aumento, ainda para mais sem existir qualquer contrapartida que minimize as dificuldades financeiras daqueles que trabalham, ou trabalharam, no setor.

Se os bancos têm margem para atribuir prémios – que não são iguais, não abrangem todos os ativos nem são pensionáveis, e não chegam aos reformados – a solução é simples: deixem de subverter a negociação coletiva e canalizem essas verbas para as matérias contratualizadas, como níveis e cláusulas de expressão pecuniária.

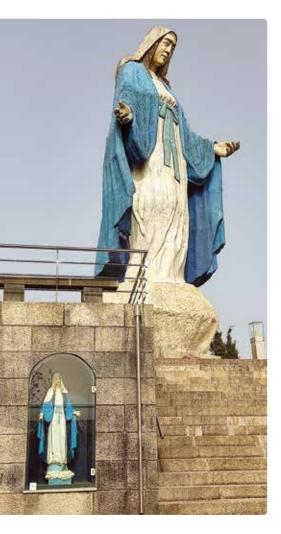
E porque não haverá exceções, como já demonstraram, tal como aconteceu relativamente à negociação do ACT do Setor Bancário, o SBN, o MAIS, e o SBC avisam: todos os restantes processos onde não haja um acordo superior a 3% de aumento transitarão para a fase de conciliação no Ministério do Trabalho.



CELORICO DA BEIRA

Caminhada por terras da Beira Alta

No dia 20 de abril, o SBN proporcionou uma viagem e caminhada em Celorico da Beira, cujas terras se entrelaçam entre os caminhos da história, com a construção de Portugal e das tradições, numa encruzilhada entre a serra, a planície e o vale. Do alto das serranias da Estrela aos lameiros junto ao Mondego, entre a tranquilidade da vida e o bulício da conquista de territórios, Celorico da Beira reuniu-se em torno das gentes para representar a genuinidade de uma descoberta em cada canto.









Uma primeira paragem em Campia possibilitou o dejejum e a visita ao alto da Virgem Milagrosa, onde, num complexo bem estruturado, uma extraordinária imagem abençoa e domina a paisagem.

Depois, em Celorico da Beira, cujo primeiro foral foi outorgado por Afonso Henriques e confirmado pelo neto, Afonso II, em 1217, os vestígios da calçada romana, mesmo ao pé do centro histórico, foram o ponto de partida, cujo realce é a estação arqueológica, conhecida por Necrópole de S. Gens, um povoado alto-medieval, com dois núcleos com ocupação romana e um abrigo natural com ocupação calcolítica, com 52 sepulturas abertas na rocha granítica e o famoso Penedo do Sino que proporcionaram fotografias para a posteridade. Salienta-se neste ponto a colaboração da Câmara Municipal que destacou alguns elementos da edilidade que acompanharam os participantes, com saliência para António Marques, que fez o enquadramento histórico do que era observado.

Aquele ex-libris fica localizado numa encosta suave, próxima da confluência da Ribeira dos Tamanhos com o Rio Mondego. O resto do percurso, desenrolado entre caminhos agrícolas, foi relativamente fácil e levou até à Quinta de Santo António do Rio, em cujo restaurante decorado com artefactos agrícolas foram recuperadas forças.

À tarde, com acompanhamento pela simpática guia municipal Francelina Simões, foi feita uma visita ao Núcleo Interpretativo das Casas do Castelo. Na Casa Museu do Herói Nacional e filho da terra, Sacadura Cabral, foi evidenciada a vivência e epopeia daquele navegador aéreo português. De seguida foi visitado o castelo medieval, relembrando episódios épicos da construção de Portugal, desde povos remotos passando pela Reconquista Cristã, durante as guerras com Castela até a episódios das invasões francesas, em que assumiu função de quartel general dos aliados.

Construído entre os séculos XII e XIII sobre um maciço granítico de

onde é possível avistar as fortalezas de Linhares da Beira de Trancoso e da Guarda, desprovida de fosso, grande parte da atual arquitetura da fortaleza que aproveita as características naturais do local é atribuída aos engenheiros templários instalados aqui por D. Afonso Henriques.

Com muralhas sem merlões (estrutura nos muros das fortalezas para proteger arqueiros e soldados), a fortificação possui dois cubelos (reforço de muralha) e uma torre de menagem (estrutura onde o responsável da fortaleza morava, também conhecido como último reduto).

Há uma lenda na cidade que conta que o alcaide (responsável) do castelo (Fernando Rodrigues Pacheco) fiel a Sancho II, que havia sido deposto, se recusou a entregar o castelo ao novo governador do reino. O novo governador marchou com as tropas para Celorico e após um longo cerco ao castelo, as dificuldades para manter a posição eram grandes devido a falta de suprimento fazia o alcaide refletir sobre uma maneira de manter sua honra após a perder a posição para o inimigo. Neste momento, o alcaide percebeu uma águia voando com uma truta entre suas garras sobre o castelo, quando o pássaro deixou cair sua presa no pátio interno do castelo. O alcaide mandou cozinhar a truta, utilizou a última farinha que tinha para fazer um pão e os enviou como presente para o príncipe regente sitiado fora do castelo dizendo: "... e por fome o esperava tomar, que visse se os homens que daquela vianda eram bem abastecidos, se teriam razão de entregar-lhe, contra as suas honras..." (Crónicas de D. Sancho II).



queijo da Serra da Estrela DOP. Isso é praticamente um crime ao paladar. Desde 1287, altura em que o Rei Dom Diniz criou a primeira queijaria no concelho de Celorico da Beira, na região da Serra da Estrela, a produção do queijo foi-se refinando. Esta especialidade DOP, de pasta semimole, é obtida por esgotamento lento da coalhada após coagulação, pela flor de cardo, do leite cru puro proveniente de ovelhas de raças autótones — a Bordaleira ou a Churra Mondegueira —, produzido na área geográfica delimitada de produção (Serra da Estrela), com um exigente controlo de qualidade imposto pelos produtores da região. Possui um sabor e aroma suave, limpo e ligeiramente acidulado. Tem um tempo mínimo de maturação de trinta dias.







Este ato de bravura e lealdade está retratado no brasão da cidade. O dia não estaria completo sem palmilhar entre as ruelas junto do castelo, destacando-se o casario, pontilhado por uma ou outra janela manuelina, pela misteriosa Torre do Relógio e por entre a alvenaria do conjunto da igreja matriz de Santa Maria que encerra diferentes testemunhos artísticos, como são algumas pinturas preciosas em painéis de Gaspar Dias, contemporâneo de Grão Vasco.

Por fim, o Solar do Queijo da Serra da Estrela: sendo Celorico da Beira considerada a Capital do Queijo da Serra da Estrela, é aqui que encontramos um casarão construído no século XVII e que foi transformado em museu contando a tradição do queijo na região. O belo casarão também abriga uma loja onde se pode degustar e comprar os melhores queijos ali produzidos. Definitivamente, não se pode ir a Celorico da Beira e não provar o famoso

Quando a maturação decorre durante um período mínimo de 120 dias, designa-se por Queijo Serra da Estrela Velho. Este tem aroma e sabor agradável, persistente, limpo, de forte a ligeiramente forte e levemente picante e salgado.



Os Órgãos Consultivos do SBN retomaram a atividade, interrompida pela malfadada epidemia Covid 19, tendo já realizado ou em andamento a organização de diversos eventos, destinados aos associados e respetivo agregado familiar, dos quais destacamos os que abaixo se elenca.

As inscrições deverão ser efetuadas na Loja de Atendimento, pessoalmente, através dos telefones 223398809/48, ou do email sag@sbn.pt.

Entende-se por agregado familiar unicamente os familiares do associado, devidamente registados no SAMS.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE

2ª visita à Quinta de Villar d'Allen



No âmbito do protocolo existente entre o SBN e a Universidade Sénior de Gondomar, a Comissão de Igualdade do SBN promoveu no dia 13 de abril uma segunda visita à Quinta de Villar d'Allen, no Porto, com a presença de sete associados do sindicato



Esta iniciativa, que contemplou visita aos jardins, descrevendo os diferentes estilos paisagísticos, descobrindo as árvores raras e a enorme coleção de camélias, e as salas históricas da casa, terminou com uma descontraída prova de vinho do Porto.

TEATRO SÁ DA BANDEIRA

Revista à Moda do Porto (2ª sessão)

Em virtude de se terem esgotados os bilhetes para as sessões anteriores, e dando satisfação às várias solicitações que têm chegado à Comissão de Igualdade, vai ser proporcionado aos associados do SBN e respetivos agregados familiares, a possibilidade de assistirem a uma terceira sessão da peça de Filipe La Féria "Revista à Moda do Porto", no próximo dia 13 de julho, no Teatro Sá da Bandeira, no Porto.

COMISSÃO DA JUVENTUDE

— VISITAS A PAR E PASSO —

Cruzeiro no Rio Douro



No dia 29 de maio, realizou-se a 5ª edição do Cruzeiro no Rio Douro, com subida de comboio e descida de barco, tendo tido a participação de cinquenta pessoas.



— VISITAS A PAR E PASSO —

2ª visita a Mirandela – Cidade jardim

A 2ª visita ao centro histórico da cidade de Mirandela foi realizada no dia 15 de junho, também guiada pelo Prof. e historiador Pedro Beato, residente naquela cidade. Teve a participação de 63 pessoas. Tal como a 1ª visita, este percurso histórico, recreativo, cultural e paisagístico incluiu, entre outros, o Palácio Távora, a Ponte Velha, a estação da CP, a Porta de Santo António, o Arco Medieval, o Parque Império, o rio, o famoso espelho de água da cidade e os jardins.



Visita guiada a Coimbra

DA UNIVERSIDADE À PRAÇA DA PORTAGEM

A Comissão da Juventude vai promover, no dia 13 de julho, uma visita a par e passo, ao centro histórico da cidade de Coimbra, guiada por uma técnica certificada, credenciada e sugerida pela Divisão de Turismo da Câmara Municipal. Esta visita guiada à "cidade dos estudantes" incide sobre o Património Mundial da UNESCO, sobre as lendas e histórias ligadas à antiga Aeminium e aos povos que passaram por este território. Mas também serão relembrados o contributo de Coimbra na fundação do reino de Portugal, e as memórias da muralha e da alcáçova. Serão conhecidos alguns factos acerca da padroeira da cidade, da doçaria conventual e do legado patrimonial relacionado com os Caminhos de Santiago. Estas são algumas das propostas que permitirão conhecer algum do mais importante património edificado, natural e imaterial do concelho.

"Da carqueja à urze, do granito ao xisto"

Sessenta e uma pessoas, entre associados do SBN e respetivos agregados familiares participaram em 4 de maio no passeio guiado, a par e passo, interpretativo e cultural para apreciação da flora serrana em

época de floração, da transição geológica entre o granito das cotas altas da serra e o xisto da zona da meia-serra e ribeirinha do vale do rio Paiva, com término na rústica aldeia de Mós.





COMISSÃO DA JUVENTUDE





Festa da Cereja em Resende

O 22º Festival da Cereja do Município de Resende realizou- se nos fins de semana de 1 e 2 e 8 e 9 de junho, reunindo produtores locais, que disponibilizaram aquele fruto a preços especiais.

Entre os muitos visitantes, saliente-se a presença de associados do SBN e respetivos agregados familiares, no total de 75 pessoas, que logo no primeiro dia aderiram à iniciativa promovida pelo SBN.

Visita Museu Ferroviário do Entroncamento e Aldeia Ribeirinha de Dornes

Foram sessenta pessoas que participaram, no dia 11 de maio, na visita guiada ao Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, e à Aldeia Ribeirinha de Dornes, em Ferreira do Zêzere.









VISITA A SANTARÉM

3ª visita guiada à Capital do Gótico

A 3ª visita a Santarém, capital do gótico, levada a efeito em 20 de abril, quiada por uma técnica superior de Turismo da Divisão de Cultura,

Património Cultural e Turismo da Câmara Municipal, teve a adesão de 72 pessoas, entre associados do SBN e respetivos agregados familiares.





MATA DO BUÇACO

Visita guiada ao "Trilho da Água"



A visita "A par e passo" à Mata do Buçaco, guiada por um técnico certificado e credenciado da respetiva Fundação, teve a adesão de sessenta convivas.

Esta visita incidiu sobre um dos muitos trilhos existentes no interior – "O Trilho da Água" – e teve a duração de duas horas.







Visita aos Passadiços do Corgo – Vila Real

Inseridos num território de montanha, ao longo da falha geológica de Vila Real, os Passadiços do Corgo são um percurso que acompanha o Rio Corgo.

Neste trajeto, o rio corta ao meio a urbe, banhando suavemente as margens do Parque da Cidade, que está repleto de biodiversidade. Mas de um momento para o outro as águas ganham energia cinética devido ao desnível dos blocos de granito, originando belas escarpas, quedas de água e diferentes ecossistemas.

Os Passadiços do Corgo oferecem, por isso um deslumbrante passeio ao longo do rio, afluente do Douro.

Inaugurados em 2021, estes passadiços de madeira permitem aos visitantes uma imersão profunda na natureza, desfrutando de paisagens arrebatadoras e da rica biodiversidade da região.

Em 22 de junho, a Comissão de Juventude, por entender que o fim da primavera e o início do verão proporcionam uma experiência única e oportuna para os amantes da natureza, promoveu uma visita àqueles passadiços, num trajeto moderado, interpretativo, cultural, ambiental e paisagístico, com cerca de seis quilómetros, orientado por dois guias locais credenciados – Paulo Fonseca e Fausto Pureza –, que mereceu a adesão de 56 pessoas

Um dia em Piódão

3ª visita cultural a esta aldeia histórica



Piódão é considerado um dos mais bonitos locais do País, classificado como "Aldeia Histórica de Portugal", pertencente ao concelho de Arganil, na encosta da Serra do Açor.

A Comissão da Juventude, atendendo às solicitações dos associados do SBN, vai promover, em 14 de setembro, a 3ª visita cultural e paisagística àquela aldeia, destinado aos associados e respetivos agregados familiares.

— PERCURSOS CULTURAIS —

"À descoberta da identidade portuense"

43ª edição...

"O Porto e o 25 de Abril. Do Campo 24 de Agosto à sede do sindicato"

Ainda enquadrado no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, o SBN promoveu, em 30 de abril, a 43ª edição, dos "Percursos Culturais", intitulada "O Porto e o 25 de Abril. Do Campo 24

de Agosto à sede do Sindicato", tendo merecido a presença de 55 pessoas.



...**44**ª...

A 44ª edição foi adiada devido ao mau tempo e será realizada em data a anunciar.

45^a...

"Nos 500 anos de Camões. Do busto do poeta ao Castelo do Queijo, com histórias da frente marítima do Porto."

A 45ª edição tem como tema "Nos 500 anos de Camões. Do busto do poeta ao Castelo do Queijo, com histórias da frente marítima do Porto.". No ano em que se assinalam os 500 anos de Camões, serão recordadas algumas curiosas relações do poeta com a cidade do Porto. Em 21 de julho, partindo pelas 10 horas do discreto e quase desconhe-

cido monumento que lhe foi erguido na Avenida Brasil em 1980, junto ao qual se fará a concentração, a sessão é também um pretexto para evocar outras histórias e patrimónios da frente marítima da cidade – a costa negra –, terminando o percurso junto à Anémona de Matosinhos, cerca das 12h30.

No âmbito do seu programa de ação e sempre com o apoio da Direção do SBN, a Secção Sindical de Reformados, promove, anualmente diversos eventos, quer culturais quer sociais, desportivos e culturais, destinado não só aos associados reformados, antes abertos a todos os associados do SBN e seus agregados familiares.

Destas organizações temos vindo a dar notícia, quer anunciando o evento, quer explanando e retratando o seu desenvolvimento. Neste contexto, aqui deixamos, mais notícias quer do passado quer do futuro da atividade da Secção Sindical de Reformados.

SECÇÃO SINDICAL DE REFORMADOS

20° Encontro de Bancários Reformados

Conforme anunciamos na passada edição, a Secção Sindical dos Reformados do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal organizou, no passado dia 25 de maio, o 20º Encontro Bancários Reformados, destinado a todos os associados do SBN e res-

petivos agregados familiares, que este ano teve lugar na Quinta dos Birreiros, em Ansião

Este evento contou com a participação de 116 pessoas.



Visita a Baiona

A navegação comercial e pesqueira define o agito da ria de Vigo, vigiada por Baiona, uma vila situada à beira-mar, que se assenta junto ao cabo Silleiro, e que durante séculos concentrou o comércio do norte de Espanha, até que, no final do século XIX, ocorreu o espetacular desenvolvimento de Vigo.

A sua baía, em torno da qual foram feitas as ruas mais pitorescas, abre-se junto à foz do rio Miñor.

Ali chegou em 1493 La Pinta, a primeira caravela que voltou a um porto espanhol depois da aventura pelo novo mundo.

Contemplar o entardecer é um motivo irrecusável para visitar a fortaleza de Monterreal, cujo recinto conta com três quilômetros de muralhas, e sua famosa torre do Príncipe que atualmente é um Parador de Turismo.

Também merece uma visita a colegiada de Santa Maria, do século XIII, monumento que guarda reminiscências românicas entre um traçado gótico que lembra uma fortificação. Ali se celebra, e no dia 1 de março a "Festa da arribada", em que a atmosfera renascentista é recriada nas ruas de pedra da cidade.

Conscientes destas belezas, a Secção Sindical de Reformados promoveu no passado dia 6 de julho uma visita a Baiona, na expetativa de proporcionar aos associados do SBN e respetivos agregados familiares um dia de confraternização, bem passado.

Deste evento daremos notícia no próximo número.



Dia dos Avós

A celebração do dia dos avós é feita através de eventos e de atividades que prestem homenagem e que pretendem demonstrar carinho e apreço a todos os avós.

Netos e filhos presenteiam simbolicamente os seus avós, de forma a agradecer o apoio e dedicação destes à família e mostrar o quanto eles são importantes para os seus familiares.

Como é já tradicional, a Secção Sindical de Reformados do SBN - Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, vai associar-

-se, às comemorações do Dia dos Avós, cuja data se assinala em 26 de julho, levando a efeito no dia 27 do mesmo mês, um almoço de confraternização e convívio, para todos os Associados e respetivos agregados familiares.

Este ano, o local eleito, foi a Quinta da Boiça, em Canas de Senhorim, distrito de Viseu.

Do desenvolvimento deste evento, daremos mais notícias na próxima edição.

Viagem a Santiago de Compostela

Destinado a todos os Associados e familiares, a Secção Sindical de Reformados, com o apoio e colaboração da Direção do SBN – Sindicato dos Trabalhadores do Setor Financeiro de Portugal, vai promover no dia 7 de setembro, uma visita a Santiago de Compostela – Galiza, ponto de encontro entre a fé, a crença e o pensamento ocidental, onde o

passado vive de mãos dadas com o presente. Assim se pode caracterizar Santiago de Compostela, capital da Galiza, no noroeste espanhol, cidade que constitui um dos mais conhecidos destinos de uma longa rota de peregrinação – O Caminho de Santiago.



SECÇÃO SINDICAL DE VILA REAL

Passeio a Espanha

Salamanca, Cáceres, Trujillo, Guadalupe e Mérida

A Secção Sindical de Vila Real, organiza o seu habitual passeio a Espanha, nos próximos dias 19 a 22 de setembro – quatro dias, três noites –, com principal incidência, desta vez, nas cidades de Salamanca, Cáceres, Trujillo, Guadalupe e Mérida.

Para além da rota sempre esperada e agradável pelo país vizinho, a

viagem contempla também uma visita ao Complexo dos cafés Nabeiro e ao Palácio de Vila Viçosa.

Para mais informações e inscrições contatar o telefone 259323315 — Altino Rosa.

O preço é de 430,00€ por pessoa.

Com a devida vénia, por nos parecer importante para os trabalhadores bancários, transcrevemos um artigo publicado no "Executive" no passado dia 26 de junho e outro da responsabilidade do Expresso.

Por André Manuel Mendes, jornalista

De situações de burnout a trabalho suplementar não remunerado: Sindicatos alertam para condições em que vivem os bancários portugueses

Os seis sindicatos representativos do setor financeiro em Portugal, abrangendo mais de 90 mil bancários ativos e reformados, emitiram uma declaração conjunta destacando as crescentes preocupações com as condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais do setor. Esta iniciativa visa chamar a atenção para os desafios laborais e a necessidade urgente de ações concretas para garantir a dignidade e o bem-estar dos trabalhadores.

O setor financeiro, crucial para a estabilidade econômica e financeira do país, tem sido impactado por diversos fatores económicos e regulatórios que afetam diretamente as condições de trabalho dos bancários. A incerteza económica, políticas de taxas de juro do Banco Central Europeu e mudanças regulatórias têm contribuído para pressões adicionais sobre o desempenho dos bancos e o ambiente de trabalho dos funcionários.

Em 2023, diversos bancos em Portugal reportaram lucros substanciais, demonstrando um crescimento significativo em comparação com o ano anterior. No entanto, os sindicatos alertam que este aumento de rentabilidade não tem sido acompanhado por melhorias proporcionais nas condições laborais dos trabalhadores, que enfrentam cada vez mais exigências, incluindo trabalho suplementar não remunerado e elevada carga de stresse.

Além dos desafios económicos, a transformação digital e a automação estão a reconfigurar rapidamente o ambiente de trabalho bancário, levantando preocupações sobre segurança no emprego e desenvolvimento de carreira. A rápida adoção de tecnologias digitais, embora modernize as operações, também cria incertezas quanto ao futuro das funções tradicionais dos bancários.

Outro ponto crítico abordado pelos sindicatos é a necessidade de respeito à negociação coletiva e a garantia de uma estrutura salarial justa e transparente. A discrepância entre os aumentos salariais oferecidos pelos bancos e a inflação real tem sido motivo de tensão, com os bancários a enfrentarem uma perda significativa do poder de compra ao longo dos últimos anos.

Os sindicatos concluem que é imperativo que os gestores bancários e os decisores políticos se envolvam em discussões construtivas para abordar essas questões de forma justa e eficaz. Assegurar um ambiente de trabalho digno, investir na formação contínua, garantir a segurança no emprego e valorizar adequadamente os trabalhadores são passos essenciais para fortalecer o setor bancário e prepará-lo para os desafios futuros.

Por Isabel Vicente, jornalista

Sindicatos denunciam aos deputados excesso de trabalho dos bancários e perda de poder de compra

Seis sindicatos avançaram com um diagnóstico sobre o sector da banca, reivindicando melhores condições de trabalho e revelando preocupações com o uso da Inteligência Artificial.

As conclusões já foram partilhadas com os deputados e as estruturas sindicais querem também ser ouvidas pelo Presidente da República.

Seis sindicatos da banca, incluindo três afetos à UGT (Mais Sindicato, SBN e SBC), o sindicato mais representativo da CGD (STEC), o SIB e o Sintaf (afeto à CGTP), recusaram as atualizações salariais de 3% propostas pelos bancos em sede de negociação e decidiram avançar com um diagnóstico ao sector da banca, cujas conclusões (e preocupações) estão a ser partilhadas com os deputados.

Neste levantamento sobre as condições de trabalho dos bancários, os sindicatos concluem que os trabalhadores se debatem com uma "elevada carga de trabalho", o que conduz a "um cansaço significativo" e em muitos casos a "situações de difícil retorno como o burnout (depressão)".

Os sindicatos denunciam que "em praticamente todas as instituições de crédito a pressão para a realização de trabalho suplementar é enorme, sob ameaças mais ou menos veladas", que incluem a advertência de que se não realizarem esse trabalho suplementar os funcionários não recebem incentivos remuneratórios, bem como "intimações de que poderão constar da lista de trabalhadores a dispensar na próxima reestruturação". No documento entregue aos deputados, a que o Expresso teve acesso, pode ler-se que "há anos que este trabalho suplementar não é pago, pois os trabalhadores são vítimas de pressão para não haver registo ou, quando existe, possa ser facilmente adulterado ou eliminado". "Apesar das sucessivas queixas dos sindicatos à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), as ações inspetivas, quando as há, têm poucos resultados, pois os trabalhadores são forçados pela hierarquia a esconderem-se", apontam as estruturas sindicais.

Os sindicatos referem ainda que "os trabalhadores estão cada vez mais numa lógica multitarefa", o que resulta do facto de os clientes interagirem com os bancos através de vários canais, como as agências, telefone, e-mail e aplicações, queixando-se de que "a execução de uma variedade de tarefas pode levar a stresse, cansaço significativo, erros não voluntários, e mesmo a situações de difícil retorno como o burnout".

Os sindicatos que avançaram com o diagnóstico sublinham que "as condições laborais e os desafios enfrentados no setor bancário exigem ações concretas para assegurar a dignidade e o bem-estar dos

trabalhadores", e por isso estão a reunir-se com os partidos políticos com assento parlamentar, e pretendem ser ouvidos pela Comissão Parlamentar do Trabalho. Também pediram uma audiência com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

As estruturas sindicais consideram que o setor financeiro tem "uma importância fulcral para a estabilidade económica e financeira do país" e por isso exige-se "a denúncia da situação, que afeta não só os trabalhadores, mas também a população e as empresas". Além da sobrecarga de trabalho de que se queixam, revelam ainda que "os clientes exigem serviços mais personalizados e mais rápidos" e isso requer dos bancários conhecimento e tempo para "atender a essas expectativas". António Fonseca, presidente do Mais Sindicato, afirma ao Expresso que a digitalização dos serviços não é para todos, e muitos clientes dependem do atendimento pessoal. "Têm sido dispensados muitos trabalhadores, mas a digitalização e a utilização de Inteligência Artificial em vários canais não compensou a redução de trabalhadores que tem sido feita", o que resulta numa "elevada carga de trabalho".

Entre 2016 e 2023, o número de trabalhadores no setor caiu de 45.209 para 36.718 (menos 8491 bancários).

No mesmo período, fecharam 1412 balcões no conjunto dos bancos, segundo os últimos dados da Associação Portuguesa de Bancos (APB). O diagnóstico dos sindicatos dá nota de que "nos últimos anos os bancos têm adotado uma estratégia de substituição do atendimento presencial por canais alternativos". "Consequentemente, temos assistido ao encerramento de agências em todo o país, deixando as populações sem acesso direto aos seus bancos e obrigando os clientes a deslocações, muitas vezes a concelhos contíguos", notam as mesmas estruturas.

Os sindicatos recordam que o fecho de balcões tem "provocado protestos de populações e autarcas que se sentem vexadas e abandonadas, e manifestam a sua incompreensão diretamente sobre os bancários, sujeitos à frustração e ira dos clientes, quer verbalmente, quer, por vezes, fisicamente". É dito ainda que "nas agências existentes os clientes veem-se obrigados a esperar muito tempo pelo atendimento presencial, pois cada agência passou a acumular os seus clientes habituais com os de várias das agências encerradas".

Os sindicatos abordam ainda a questão da maior utilização de Inteligência Artificial (IA), receando mais dispensas e referindo que estas ferramentas tecnológicas exigem também mais formação. "A implementação de IA e automação nos processos bancários leva à insegurança no emprego entre os trabalhadores, que temem ser substituídos pela tecnologia e por ela controlados na sua produtividade", lê-se no diagnóstico.

O documento refere que "a rápida adoção de soluções bancárias digitais e fintech [tecnologia nos serviços financeiros] exige que os trabalhadores atualizem continuamente as suas competências", o que "inclui aprender novos softwares, compreender os produtos financeiros digitais e lidar com questões de segurança cibernética".

Queixas sobre objetivos de desempenho

A forma como os bancos abordam os horários de trabalho, as horas extraordinárias e a isenção de horário de trabalho é outro dos temas abordados no diagnóstico. Nesta matéria os sindicatos concluem que "os bancos preferem "compensar" os trabalhadores através da atribuição de Isenção de Horário de Trabalho (IHT) do que efetuar uma progressão com aumento de nível da tabela salarial, aplicando a IHT

como uma extensão do horário de trabalho e não com o conceito subjacente à isenção, levando a que na maioria das vezes seja ultrapassado o tempo de trabalho a troco de 25% da retribuição de base". Também existem queixas contra os bancos em matéria de objetivos de desempenho, que os sindicatos consideram ser muitas vezes "irrealistas". "Os trabalhadores enfrentam objetivos de desempenho muito exigentes, o que pode levar à pressão e ao stresse se as metas forem percecionadas como irrealistas, contribuindo para o erro e, consequentemente, um processo disciplinar".

Neste contexto, alertam para o facto de o prémio de desempenho (remuneração variável) com que os bancos acenam substituir "o aumento de salários (que são pensionáveis)".

Em detrimento do aumento salarial que conta para a reforma, os bancos, acusam os sindicatos, atribuem prémios discricionários, o que contribuiu para uma certa "desregulamentação" e também "para a falta de união entre os bancários", o que "tem dificultado a defesa dos interesses e dos direitos dos trabalhadores por parte dos sindicatos". Manter o equilíbrio entre o trabalho e a vida familiar é outras das preocupações dos sindicatos, que dizem tratar-se de "um desafio, devido às longas horas de trabalho e à necessidade de estar constantemente disponível para resolver questões urgentes, até pela disponibilização de telemóvel e computador profissional".

Clima de medo

"O clima de medo e intimidação que foi criado pelos sucessivos processos de reestruturação, despedimentos coletivos, encerramento de agências, alteração do modelo de negócio e, com a pandemia, aumento do trabalho remoto, acentuaram a desmobilização da classe e criaram algum individualismo", acrescenta o documento, referindo também "ser cada vez mais difícil a adaptação à política interna, manter relacionamentos positivos com colegas e os órgãos de gestão, bem como lidar com ambientes de alta pressão".

Perda de poder de compra

Os sindicatos sublinham ainda que nos últimos anos se tem assistido "a propostas de atualização salarial abaixo da inflação", o que leva os trabalhadores do setor financeiro em Portugal a enfrentar uma "evidente quebra do poder de compra".

Nos anos 2021 e 2022 os aumentos salariais na banca foram de 0,5% e 1,1%, respetivamente. Mas as variações do índice de preços no consumidor ascenderam a 1,3% e 7,8%.

Já em 2023 o aumento salarial foi de 4,5% e a inflação de 4,3%.

Os sindicatos apontam para "uma perda efetiva do poder de compra dos trabalhadores de 7,3%", que afeta todos os bancários independentemente dos bancos e dos acordos que os abrangem. "A atual estrutura salarial dos trabalhadores bancários está já, em grande parte, desenquadrada face à tabela salarial do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)", referem ainda os sindicatos.

A aposta dos bancos nos complementos remuneratórios e isenções de horário de trabalho é, segundo os sindicatos, "uma maneira ardilosa de contornar as tabelas salariais negociadas no âmbito do ACT, na medida em que os aumentos não incidem sobre o vencimento mensal efetivo (VME), mas sim unicamente sobre o nível da tabela salarial mais as diuturnidades".

E referem ainda que "estas práticas prejudicam gravemente os bancários reformados, cujas pensões são atualizadas exclusivamente pelo valor percentual acordado na tabela".

A língua portuguesa

Ângelo Henriques

Artigo publicado no Jornal ALTO DA RAIA (S. Pedro do Rio Seco) em Maio/2024

A data de 5 de Maio foi oficialmente estabelecida em 2009 como o dia Mundial da Língua Portuguesa pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Trata-se de uma organização intergovernamental, parceira oficial da UNESCO desde 2000 que reúne os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, celebrando não só a Língua que os une, mas também a cultura lusófona. A Língua Portuguesa constitui-se como a quarta língua mais falada no mundo, a primeira no hemisfério sul, sendo ainda língua oficial de diversas organizações internacionais, inclusive da União Europeia.

Ao falar em Língua Portuguesa, relevo a bem conhecida frase de Fernando Pessoa no seu Livro do Desassossego – "A minha Pátria é a Língua Portuguesa" onde a sua abrangência e significado mais simples permitem compreender o início do discurso de Manuel Alegre em Olivença em 2021/06/10 (dia de Portugal...): "...a Camões se deve a glória suprema de ter feito da Língua Portuguesa não só a Pátria Cultural dos Portugueses, mas da grande comunidade lusófona. Foi na Língua Portuguesa que os povos das ex-colónias afirmaram as suas identidades, travaram as suas lutas de libertação e proclamaram as suas independências. E foram os navegadores portugueses descobridores de novos mundos que abriram caminho ao Mundo Moderno na primeira globalização da História".

E pelas quatro partidas do Mundo os portugueses construíram uma grande comunidade de vidas, de afetos e, tal com a sua língua, souberam adaptar-se às diferentes etnias, culturas, sotaques e climas. "Dispomos de uma língua universal, a maior herança dos Descobrimentos. É esta a nossa grande riqueza. Portugal só foi grande pela sua História e pela sua Língua. Só continuaremos a ser um "país grande" pelo nosso idioma"(1).

O padre jesuíta António Vieira de guem os 327 anos da sua morte se celebram no próximo mês de Julho, tem de ser lembrado neste modesto artigo, transcrevendo de Carlos Esperança o seguinte: "O idioma teve nele o seu expoente máximo e os índios o defensor corajoso e lúcido que redimiu a cumplicidade da sua Igreja. O estilista e humanista legou-nos um monumento de iniqualável valor na forma como cinzelou as frases e esculpiu a língua nos sermões e cartas com que fez refulgir o idioma materno. Lembrar Vieira é prestar homenagem à língua que nos une e (...), na esteira conjunta da herança de Camões, descobrirmos os alicerces da língua que serve de ferramenta à plêiade de escritores que continuam a enriquecer o seu património literário"(II).

Descendo à terra, ao dia a dia, é saudável guestionarmos o percurso da nossa aprendizagem linguística e deixarmos pistas de interrogação sobre a vida e a respiração atuais da nossa Língua, tal como fizeram alguns professores em Out/2023 - ver (III):

- Será que os nossos estudantes estão a dar mais erros de português?
- A leitura está ser incentivada em casa (os pais leem?) e nas escolas?

- Vivemos numa era de facilitismo. Por outro lado, muitos dos jovens estão infantilizados e fragilizados, pois têm pouca resiliência... e ler dá trabalho. Os jogos são mais apelativos e tudo o que é instantâneo, automático é mais atrativo. Têm um léxico muito básico e muito elementar, sem esquecer a linguagem escrita ultra abreviada e paupérrima das sms e do messenger.
- Quem faz pesquisas em livros e dicionários? Quem passa à mão apontamentos do quadro em vez de tirar fotografias com o telemóvel? Como se encontra a construção frásica diária dos jovens na aula e nos recreios?

E nesta enumeração de incertezas e de múltiplas dificuldades a traduzirem também a fragilidade do ensino, referencio excertos do artigo no jornal Público em Abril/2023 do gestor americano Carl Eric Johnson e que reside em Portugal desde 2016:

"Percebo as boas intenções dos portugueses ao quererem falar numa língua que seja familiar aos clientes e que lhes permita concluir as transações comerciais rapidamente. É notória a preferência dos portugueses pela comunicação em inglês, desde as ementas às informações nas montras.

Nas minhas viagens por outros países da Europa, tenho sido obrigado a falar e a ler na língua local para sobreviver – isso não acontece em Portugal. Este comportamento manifesta-se no hábito de presumir que os estrangeiros não conseguem perceber nem falar português.

A via normal para aprender uma nova língua é passar tempo suficiente a ler, a ouvir, a escrever e a falar. As primeiras três atividades podem ser feitas por alguém sozinho. A última, no entanto, tem de ser praticada, preferencialmente, com um natural do país, alguém com tempo e paciência nas fases iniciais".

Na mesma linha de que esta Língua é difícil, os meus alunos de Português, todos oriundos da América do Sul dizem-me que os colegas e clientes (sobretudo na restauração) tentam falar "portunhol" e alguns até inglês. E, neste cenário, que faz um professor numa aula de 1,5 H por semana? Recordo ainda, infelizmente, que até o Eng. Guterres agradeceu em "portunhol" o ter recebido o prémio Carlos V em Cáceres, em Maio/2023! Por que é que os bons exemplos não vêm de cima e, como Povo, por que não conseguimos nem sabemos valorizar a própria Língua, o nosso maior tesouro?

E, por fim, uma referência ao acordo ortográfico de 1990, de que discordo mas que vou usando, feito à base de vetores fonéticos e de se pensar que havia uma Língua Portuguesa igual para todos, "com os nossos governantes, PSD ou PS, a marimbarem-se para a identidade cultural e a se esquecerem de colocar verbas no orçamento para comemorar os 500 anos do nascimento de Camões"(IV).

A Língua identifica e projeta a vida de um Povo, a nossa história, "a nossa identidade, a nossa cultura, a nossa capacidade de falar bem, logo de pensar bem, logo, de sermos mais fortes. E vamos de precisar de sermos mais fortes nos tempos que aí vêm" (V).

Notas:

(IV) e (V) Pacheco Pereira no iornal Público em Fey/2024

⁽I) Pimenta de Castro, artigo publicado em Julho/2019 no jornal "Aurora do Lima".

⁽II) Carlos Esperança em Fev/2023; escritor e colaborador deste jornal

⁽III) https://cnnportugal.iol.pt/escolas/professores/os-estudantes-estao-a-escrever-pior



À Medicina

Por Sílvio Martins

Desde que o Homem, Lutando contra as forças naturais, Projeta sobre a Terra A sombra do seu vulto, Marcando-a com todos os sinais Humanos de presença, Que, oculta ou manifesta, A doença O persegue e molesta.

Mas tão antiga
Como a Humanidade;
Isto é,
Com a idade
Dos seus padecimentos,
Surgiu a Medicina,
Única esperança
De quem se encontrava
Na triste sujeição
A todos os sofrimentos,
Como se fora
Uma inerência
Da sua condição.

Fermento primitivo
Que havia de crescer
Levedando
Ao longo das idades,
Foi emergindo,
Durante gerações,
Do caos inicial
Até ultrapassar
Fundas superstições
E as inércias geradas
Em cada patamar.

Iluminando abismos
De inconformismo e desespero,
Como um farol de esp'rança,
Subiu com confiança,
Embora a passo lento,
Degrau a degrau,
As escadas do tempo.

Erros... Também os cometeu, Naturalmente com pesar. É próprio da Ciência e da Vida! Mas... Aprende-se ao errar! Toda a dificuldade

Resulta estimulante e criativa.

Por isso, ei-la agora, Essa Medicina Velha de milénios, Mas sempre renovada Em virtude De um labor continuado, Senhora de poderes Que nem o velho Hipócrates, Nem tantos outros génios, Podiam ter sonhado. Mantem-se, todavia, A luta sem quartel Entre a doença, Hiena contumaz e homicida, Que não se deu Ainda por vencida E a denodada defensora Do bem-estar e sanidade, Como direitos De toda a humanidade, Que, a poder de muita pertinácia, Vai concebendo as armas Que lhe reforçam

E - quem sabe?! Talvez o Homem,
Mercê da férrea vontade
E tanto porfiar
Em luta tão extensa,
Consiga libertar
O seu destino da doença
E, no final,
A deusa Medicina,
Erguendo, sobre a Terra,
O facho deslumbrante da saúde,
Ascenda triunfal
Ao céu
Da sua plenitude.

A força e a eficácia.



Uma pedra secular

Por José Amaral

Uma pedra secular a tantas é igual; a pedra angular em tudo e fundamental. A partir dela faz-se boa construção, tal qual a sentinela no posto de observação. O planeta Terra tem muita esquadria, onde tem havido guerra por cega selvajaria. Cesse a maldade humana na casa de todos nós, sem haver ação inumana para netos, filhos e avós.

Minha Mãe

Por Raul Fernando Teixeira de Sousa

Me deste ao mundo Abriste o meu caminho Me alimentaste De amor, tão profundo Transbordavas de carinho Me sentia protegido Com o teu forte abraco Muito mais apertado Que um apertado laço Cresci a ver-te sorrir, Cresci a ver-te chorar Contigo sorri, E chorei também Minha mãe Teu amor foi sempre infinito Continua a ser, certamente Porque vives eternamente Quando foste embora Vives agora Um tempo sem tempo Por finito o teu tempo Disseste adeus à tua gente Partiste antes do sol poente És mais uma estrela no céu Que um dia será também meu És a estrela que mais reluz A que mais me seduz Minha mãe



Novóptica com serviços para todo o público

Agora também aos sábados de manhã



A Novóptica funciona no piso térreo do edifício da Rua de S. Brás, numa clara e evidente vantagem para os beneficiários do SAMS e para todo o público que pretenda usufruir dos excelentes preços ali praticados.

Representando praticamente todas as grandes marcas mundiais de

armações e de lentes – quer medicinais quer de lazer –, a Novóptica é, assim, uma instituição que, mercê de uma política de preços concorrenciais, a coloca numa posição invejável de mercado.

As renovadas instalações tornaram-se, agora, ainda mais confortáveis para todos os utentes.